

Sábado, 22 de Novembro de 1980



DIÁRIO da Assembleia da República



II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE NOVEMBRO DE 1980

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMARIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão as 17 horas e 5 minutos.

No prosseguimento do debate sobre a moção de confiança apresentada pelo Governo à Assembleia, usaram da palavra, a diversos títulos, além do Sr. Vice-Primeiro-Ministro (Freitas do Amaral), os Srs. Deputados Jorge Sampaio (PS), Oliveira Dias (CDS), César de Oliveira (UEDS), Vitor Constâncio (PS), Almeida Santos (PS), Manuel Alegre (PS), Vital Moreira (PCP), Mário Tomé (UDP) e Anselmo Aníbal (PCP).

Em intervenções finais, usaram ainda da palavra os Srs. Deputados Heriberto Goulart (MDP/CDE), Magalhães Mota (ASDI), Lopes Cardoso (UEDS), Ferreira do Amaral (PPM), Dias Lourenço (PCP), Lucas Pires (CDS), Pedro Roseta (PSD), Salgado Zenha (PS) e, a encerrar o debate o Sr. Primeiro-Ministro (Sá Carneiro).

Foi, em seguida, aprovado por unanimidade o Orçamento Suplementar da Assembleia para 1980.

Concedida pela maioria apoiante a confiança solicitada pelo Governo, fizeram declarações de voto os Srs. Deputados Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Mário Tomé (UDP), Jorge Miranda (ASDI), António Vitorino (UEDS), Borges de Carvalho (PPM), Sousa Marques (PCP), Luís Sampaio (CDS) e Manuel Pereira (PSD).

A declaração de voto do Sr. Deputado do PCP motivou uma interpelação à Mesa do Sr. Deputado Amândio de Azevedo para um protesto, depois efectuado, a que se seguiram pedidos de palavra dos Srs. Deputados Lopes Cardoso (UEDS), Veiga de Oliveira (PCP) e Sousa Marques (PCP) — este para um contraprotesto, efectuado — e interpelações dos Srs. Deputados Lopes Cardoso (UEDS) e José Nisa (PS), com um recurso para o Plenário, depois retirado, por não concessão da palavra pela Mesa.

Depois de anunciada a apresentação de um pedido de inquérito, pelos partidos que integram a FRS, sobre a situação nos órgãos de comunicação social, de vários projectos de lei e ratificações, o Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados.

Partido Social Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.

Alberto Augusto Faria dos Santos.

Álvaro Barros Marques Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.

Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

Américo Abreu Dias.

António Duarte e Duarte Chagas.

António Roleira Marinho.

António Vilar Ribeiro.

Armando Costa.

Bernardino da Costa Pereira.

Carlos Manuel Pereira Pinho.

Cecília Pita Catarino.

Cipriano Rodrigues Martins.

Daniel Abilio Ferreira Bastos.

Eduardo Manuel Lourenço de Sousa.

Elcuterio Manuel Alves.

Fernando José F. Fleming de Oliveira.

Fernando José Sequeira Roriz.

Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.

Fernando Manuel C. Barbosa Mesquita.

João Afonso Gonçalves.

João Aurélio Dias Mendes.

João Vasco da Luz Botelho Paiva.

Joaquim Carneiro Barros Domingues.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Pinto.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Manuel Pinheiro Barradas.
 José Theodoro da Silva.
 Jose de Vargas Bulcão.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Andrade.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuél Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Manuel Vaz Freixo.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Mariília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário Martins Adegas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Pedro Miguel Santana Lopes.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfredo Barroso.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Duarte Arnaut.
 António Azevedo Gomes.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Magalhães da Silva.
 António José Vieira de Freitas.
 António Marques Ribeiro Reis.
 António de Sousa Gomes.
 António Teixeira Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim José Catanho Menezes.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Gomes Fernandes.
 Júlio Almeida Carrapato.
 Luis Patrão.
 Luís Silvério Gonçalves Salas.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel Trindade Reis.
 Mario Manuel Cal Brandão.
 Raul de Assunção Pimenta Rego.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano José Alves Moreira.
 Alberto Henriques Coimbra.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 António Mendes de Carvalho.
 Armando Domingues L. Ribeiro de Oliveira.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Gonçalves C. de Ferreira.
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.
 Francisco Manuel de Meneses Falcão.
 Isilda da Silva Barata.
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Ferreira Polido Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Alberto de Faria Xerez.
 José Augusto Gama.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 Luisa Maria Freire C. Vaz Raposo.
 Maria Cândida von Hafe A. Cunha Perez.
 Maria José Paulo Sampaio.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Aselmo Aníbal.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Dinis Fernandes Miranda.
 Ercilia Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Helder Simão Pinheiro.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Miranda da Silva.
 Joaquim Vitor Gomes de Sá.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.
 José Mauel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Regério Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Raimundo Cabral.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.
 Henrique Barrilaro Ruas.
 Jorge Vitor M. Portugal da Silveira.

Acção Social Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel C. Ferreira Vitorino.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 César Oliveira.
 Maria Teresa de Santa Clara Gomes.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Herberto de Castro Goulart da Silva.

Helena Tâmega Cidade Moura.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 145

Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa informa que neste momento, e segundo os tempos estabelecidos na reunião dos presidentes dos grupos parlamentares, os tempos globais de que ainda dispõem para o debate são os seguintes: o Governo, de 50 minutos; o PSD, de 29 minutos e 30 segundos; o PS, de 39 minutos e 30 segundos; o CDS, de 30 minutos; o PCP, de 25 minutos; o PPM, de 13 minutos; a ASDI, de 12 minutos; a UEDS, de 8 minutos e 30 segundos; o MDP/CDE, de 9 minutos, e a UDP, de 11 minutos.

Como VV. Ex.^{as} também sabem, ficou assente que, com inclusão nos tempos globais, as intervenções finais seriam de 30 minutos para o Governo, de 15 minutos para os partidos com maior expressão eleitoral, entendendo-se como tais o PSD, o PS, o CDS e o PCP, e de 7 minutos para os restantes. As declarações de voto terão o tempo máximo de 10 minutos para os primeiros e de 5 minutos para os segundos, tempos esses a incluir também nos tempos globais e, portanto, nas disponibilidades que cada partido tem e que já anunciei.

Informo os Srs. Deputados de que não há neste momento qualquer inscrição na Mesa. Não sei se algum dos Srs. Deputados pretende usar da palavra.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, talvez merecesse a pena verificar se, para além das alegações finais, há em todos os partidos intervenções para esta fase do debate. A ser assim, far-se-ia então um acerto tendo em conta os tempos de que cada partido dispõe. Nós, de facto, temos ainda uma intervenção para esta fase do debate, mas gostaríamos de saber se acontece o mesmo com os outros partidos, para não sermos apenas nós a fazer agora de manhã uma intervenção e os restantes partidos fazerem-nas apenas à tarde.

Penso, portanto, que neste momento valeria a pena fazer um acerto, Sr. Presidente.

O Sr. Manuel Pereira (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Pereira (PSD): — Era apenas para informar que o PSD tem ainda uma intervenção para fazer nesta fase do debate.

O Sr. Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão): — Sr. Presidente, queria informar a Câmara de que o Governo também tem uma intervenção para fazer durante a manhã. Estou apenas a aguardar a chegada do Sr. Vice-Primeiro-Ministro, porque é ele quem a vai fazer.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Ministro.

Há mais algum partido que tenha ainda intervenções a fazer na fase geral do debate?

O Sr. Oliveira-Dias (CDS): — Sr. Presidente, pela nossa parte só pretendemos fazer intervenções nas declarações finais.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PCP tem uma muito curta intervenção.

O Sr. Presidente: — Uma mini-intervenção!

O Orador: — É apenas uma pequena intervenção, mas gostaríamos de ouvir primeiro a intervenção do Sr. Vice-Primeiro-Ministro, até porque ainda nãoouvimos falar ninguém do Governo.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, estamos agora informados do conjunto de intervenções que há para o debate, pelo que nos inscrevemos, e o Sr. Deputado Jorge Sampaio pode fazer a sua intervenção imediatamente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio para uma intervenção.

O Sr. José Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Está esta Câmara — porque assim, na verdade, lhe foi imposto — a discutir um parágrafo dactilografado a que se chama «moção de confiança». Situação impar com evidente falta de consagração constitucional, pois a um governo de gestão não há que votar a confiança. A operação eleitoralista em curso tem assim por base a instrumentalização desta Assembleia, arredada neste momento, que era o próprio, de discutir e votar a exigência constitucional de um programa de governo. Não há pragmatismo (e nenhum é neutro) que possa legitimar-se à revelia dos princípios democráticos insitios no nosso regime constitucional.

Sem prejuízo desta posição, haverá sempre que preservar esta Assembleia por entre todas as vicissitudes, já que a sede da representação popular integra, na transitoriedade balizada pelas consultas eleitorais, a expressão viva e conflitual dos interesses permanentes radicados na formação social portuguesa.

Com o objectivo profundamente democrático de vivificar a actividade e a responsabilidade da instituição parlamentar, importa debater e aprofundar tudo o que respeita às grandes orientações políticas, económicas e sociais que afetam a vida dos Portugueses e a condição do futuro.

É neste quadro e com este propósito que a questão das nossas relações externas merece particular reflexão.

A recente comunicação ao País do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, feita a 17 de Novembro, constitui um exercício de que nenhum dos seus colegas mundiais se poderá gabar na actualidade complexa da situação internacional. Ou seja: estabelecidos os objectivos para a política externa portuguesa e analisada a realidade internacional através da redutora concepção que se limita a distinguir entre os bons e os maus, o Sr. Ministro concluiu, com notáveis imodéstia e sem cerimónia, pela bondade muito positiva da sua gestão.

Esta ficção, de pendor claramente eleitoralista, poderia ser arquivada no caco da conjuntura, não fora a adulteração dos interesses reais do Estado Português a que vem sistematicamente assistindo-se, a uma gritante falta de sentido de medida, a um aproveitamento persistente da nossa política externa para eleitoralismos internos, caros a certos sectores do bloco de poder, a uma evidente diminuição da margem de manobra diplomática que, embora por entre vicissitudes várias e sem excluir a necessidade da consolidação, constitui no campo externo um inalienável património só tornado possível pelo 25 de Abril.

No Programa do VI Governo lê-se que Portugal, e cito, «precisa de prosseguir uma política externa coerente, que parta dos valores da Nação Portuguesa e do projecto de sociedade a realizar na ordem interna para as atitudes a tomar na ordem internacional».

Se não se contesta a legitimidade, em princípio, de tal afirmação, torna-se evidente, por outro lado, que o relacionamento externo fica desde logo à mercê, perante a prática política do Governo, de várias inevitáveis consequências que o decurso de 1980 tem claramente mostrado: uma evidente partidarização da nossa política externa, um caminhar claro por vias não consensuais no quadro da sociedade portuguesa, um notório afastamento da nossa tradição histórica e cultural que nos importa, contrariamente ao que hoje se está a verificar, uma participação activa na busca da paz e da solidariedade e cooperação internacionais, sempre possível e desejável nos quadros quer da nossa situação geo-estratégica quer das nossas alianças tradicionais.

Esas afirmações colhem raízes na observação da prática política seguida em vários sectores específicos face à simultânea caracterização da situação internacional e da defesa dos interesses do País.

No que respeita às perspectivas da paz e segurança colectiva, nomeadamente na Europa, a evolução recente é, sem dúvida, preocupante.

A forte bipolarização que se assinala por toda a parte e a persistência de uma política de blocos, constituem factores inequívocos de instabilidade e desequilíbrio nas relações internacionais. A altamente condenável intervenção militar da URSS no Afeganistão veio, sem dúvida, criar uma nova situação no plano internacional, pondo em causa o princípio

mesmo do desanuviamento e a questão da sua individualidade. Por outro lado, a persistência de factores políticos, económicos e sociais geradores de grande instabilidade (Próximo-Oriente e conflito entre Irão e Iraque, a situação israelo-árabe, as fontes de conflito na África Austral, a manutenção e o aparecimento de novos regimes de feição totalitária na América do Sul, os desequilíbrios no Sueste Asiático), a escalada inquietante no domínio dos armamentos nucleares e dos armamentos clássicos, o agravamento da questão energética, as crescentes desigualdades entre países ricos e países pobres, todos estes factos e situações justificam, ao contrário de ímpetus cruzadistas ou de subserviências deslustrantes, um esforço paciente, sereno, permanente e concertado para preservar o espírito de diálogo e de negociação, indispensáveis à sobrevivência colectiva.

Rejeitamos a visão catastrófica da situação.

É que não há alternativa para o desanuviamento. E a justificação imperiosa quanto à nossa disponibilidade para esse esforço tem a alicerçá-la uma palavra decisiva. Essa palavra é Portugal e o quadro real dos seus interesses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nação da Europa, cujo espírito ajudou a moldar e expandir, repartindo-se por vários espaços em múltiplas experiências humanas e culturais, país hoje em via de desenvolvimento mas com características de dualidade e assimetria económica e social, Portugal não pode correr o risco de, por um simplismo ou maniqueísmo diplomáticos, ver consagrada uma amputação à sua identidade, já que a salvaguarda dos seus interesses e a sua projecção nas tarefas colectivas que aos Estados se colocam dependem da forma articulada como, na projecção exterior, souber corporizar e assumir a diversidade construída ao longo da sua formação nacional e da forma como der a esta uma coerência consensual e dinâmica que os tempos exigem.

Uma política externa ao serviço do povo português, logo dos interesses globais da Nação democrática, exige a preservação simultânea de quatro objectivos: independência e desenvolvimento; defesa da paz e dos direitos dos povos e do homem; efectiva cooperação internacional e equidade; protecção da comunidade portuguesa.

Vejamos, em primeiro lugar, a questão da integração europeia e a forma como recentemente tem sido conduzida.

Esta opção pressupõe uma redobrada capacidade de negociação e salvaguarda. Os interesses estratégicos dos antigos grandes grupos económicos nacionais, hoje em fase de reconstrução, sempre predispostos à suaveternidade, para si, apesar de tudo, proveitosa, em relação aos grandes vectores da integração capitalista, tiveram no Governo AD um agente pressuroso, disposto a partidarizar, para interesse interno próprio, o que devia e deve ser o interesse global do País, a defendê-lo numa perspectiva larga e, tanto quanto possível, consensual.

E o que impressiona já não é só a abertura imprudente de vários dossiers, é o silêncio governamental, de mau presságio para a eficácia e o teor do nosso empenhamento, sobre a definição crítica das finalida-

de interesses nacionais a prosseguir no processo, sobre o desenvolvimento e garantias de independência que se deverão defender, sobre a nossa participação e contribuição na caracterização e virtualidades de um novo espaço europeu alargado por via da integração dos novos candidatos. O que choca é que, estando o Governo, na prática, elevado de uma concepção quase exclusivamente mercantil da comunidade — consequência inevitável quer da sua fé inquebrantável, mais caduca, no milagre permanente da adaptação espontânea dos mecanismos económicos, quer das necessidades dos principais e decisivos sustentáculos do bloco de poder, quer ainda do seu atlantismo sem alternativa — esteja a deixar o País à margem de toda a verdadeira e profunda problemática que a comunidade europeia defronta e que afecta e afectará qualquer futuro membro.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Com isso se reduz drasticamente a nossa capacidade de negociação e desaparecem as virtualidades internacionais das nossas características. Portugal necessita, e desde já, de reivindicar a sua participação no debate interno que se processa no interior da comunidade sobre a sua reestruturação, que em qualquer caso nos atingirá. Como igualmente deve esclarecer em que sentido pretende e exige contribuir, quer em benefício seu, quer da Europa alargada, como elemento estabilizador dos desequilíbrios existentes no sentido norte-sul dentro do continente, como país predisposto e tradicionalmente preparado ao diálogo fecundo com outros povos e continentes, sempre condição indispensável para o alargamento e consolidação da autonomia europeia.

Necessitamos, pois, em vez de tomarmos o lugar do parente pobre que bate timidamente à porta da comunidade como entidade mítica a que se recorre no refluxo do império, de assumir a nossa participação activa e criadora numa Europa comunitária e política que tem de ser uma concreta emanação da liberdade, da democracia e da justiça social, de novos modelos de viver, de produzir e de consumir, lugar culturalmente vivo e diversificado, espaço inquestionavelmente determinante para o equilíbrio mundial e para a paz.

Aplausos do PS.

Uma Europa cujo futuro — e, logo, também o nosso seja a recusa dos desequilíbrios e das desigualdades regionais, sociais e fiscais, seja a participação activa num diálogo, entre outros, euro-africano e euro-árabe, indispensável à consolidação de uma ordem internacional fundada na independência e na cooperação, mas igualmente indispensável à sua própria vida e progresso, para o que basta relembrar a questão energética e a das matérias-primas. E, pois, imperioso aceitar este desafio.

Só duas observações mais: uma quanto às relações com os países de expressão oficial portuguesa, outra quanto à nossa participação, ou ausência dela, nas instâncias internacionais relacionadas com a segurança, a paz na Europa e no Mundo e a cooperação internacional.

Relativamente ao primeiro aspecto, e arquivada discretamente a chamada questão do contencioso (designação imposta pela direita e que lhe serviu

quer para impedir no passado certas actividades de cooperação quer para causticar o partido socialista, para o que utilizou todos os meios), prosseguem acções de cooperação técnica. Mas falta manifestamente um projecto que dê suporte e capacidade de diálogo político, praticamente inexistente a nível de notoriedade pública no ano que decorre, com o que se está alienando o nosso indispensável contributo — que outros farão em nosso lugar — para um restabelecimento da abertura à escala europeia, bem como para a melhoria do diálogo euro-africano e à participação em iniciativas favoráveis à paz e à consolidação do direito internacional. Entre outros, dois exemplos esclarecedores: a total ausência, que se saiba, de qualquer iniciativa ou disponibilidade portuguesas, para o que estariam particularmente apetrechados, com vista à solução do problema da Namíbia: a nossa ausência da conferência internacional que, no final deste mês, se iniciará no Maputo, com a presença de vários países africanos, entre os quais os da chamada «Linha da Frente», e vários outros países, como, por exemplo, os EUA, a URSS, a Grã-Bretanha, conferência destinada a examinar caminhos de desenvolvimento e cooperação naquela zona de África.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao segundo aspecto a Portugal importa, sem prejuízo da fidelidade da aliança a que pertence, apoiar as iniciativas que no quadro multilateral ou no plano bilateral facilitem um eficaz desenvolvimento entre os dois blocos militares e favoreçam quer medidas de desarmamento controlado quer novas formas de cooperação internacional.

A palidez das nossas iniciativas nestas áreas, ou mais propriamente a sua ausência, e a transformação actual, em certos casos, da nossa actuação após o 25 de Abril, no assumir agora do figurino dos novos batedores de uma como que desejada guerra fria (panaceia útil para a consolidação do bloco de poder de direita, como é clássico) representam uma perigosa perda da nossa identidade e especificidade, sempre indispensáveis mesmo no quadro das alianças a que pertencemos, bem como uma passividade (para não dizer voluntariedade) em nos deixarmos enlear em políticas que desnecessariamente ampliam as nossas responsabilidades e riscos e podem transformar o País em eixo de negativos confrontos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O caso do armamento ou das instalações nucleares, a correr lentamente à nossa revelia, é disso exemplo.

É bem verdade que, no âmbito das características políticas, sociais, culturais e económicas do País, a política externa de um bloco de direita, que aspira à unificação e controlo dos poderes na sociedade e ao aposseamento do poder político pela via do económico para melhor conservação das estruturas sociais, tinha de ser esta, necessariamente.

E, pois, precisa e urgente uma nova política que defenda eficazmente os interesses nacionais e o regime democrático, que aposte no recurso sistemático à negociação e ao respeito pelas regras de direito, que faça

ouvir a nossa voz activa no plano internacional com vista à solução das graves questões em aberto, que consolide o nosso espaço de independência sem prejuízo das alianças e das interdependências inevitáveis, que proteja e consolide o nosso desenvolvimento, por nós escolhido.

Essa nova política é exigida pelo Portugal democrático e pelo Portugal histórico e cultural, pelo Portugal do consenso e da abertura ao Mundo, pelo Portugal da cooperação e da solidariedade internacional, pelo Portugal que anseia por justiça, por liberdade, por autonomia, por independência e por paz.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — O Sr. Deputado Jorge Sampaio sabe que admiro o talento com que defende posições mesmo difíceis. Em todo o caso, não estranharia, até porque apelou tantas vezes para a necessidade de estabelecer consensos, facto que interpretamos, naturalmente, como um empenho nesse sentido por parte do Partido Socialista, de quem neste momento era porta-voz, que eu lhe peça um esclarecimento sobre dois ou três pontos precisos da sua intervenção, ou melhor, das questões profundas que ela nos coloca.

O Sr. Deputado Jorge Sampaio referiu-se, em primeiro lugar, à situação internacional depois da invasão soviética do Afeganistão e aos conflitos locais que em bastantes regiões do Globo preocupam toda a gente, mas, a certa altura, disse que rejeita a visão catástrofica desta situação, e fez esta afirmação condenando, ou, pelo menos, pretendendo condenar, a posição do Governo Português ao assumir, nesta grave conjuntura uma posição de solidariedade com um bloco internacional no qual está integrado.

Gostaria, em primeiro lugar, de perguntar ao Sr. Deputado Jorge Sampaio como é que o Partido Socialista propõe, concretamente, uma actuação que exprima essa rejeição das perspectivas catastróficas da situação. Quero dizer, para rejeitar, ou para intervir rejeitando, essas perspectivas de que falou, entendem o Partido Socialista e o Sr. Deputado Jorge Sampaio que Portugal deve manter-se fiel a um bloco político? Deve mudar de bloco político dentro dos que, infelizmente, se confrontam? Ou deve ignorar o problema e esperar que os outros façam tudo, melhor ou pior, admitindo que o farão segundo as nossas conveniências por sua própria iniciativa?

A segunda questão que lhe quero colocar diz respeito à integração de Portugal na CEE. O Sr. Deputado sabe que o Partido Socialista teve um papel predominante não só na discussão entre o povo português da necessidade de integração de Portugal na CEE, mas também na abertura de negociações para esse efeito, e nós sempre prestámos homenagem a essa actuação. E agora, passados três anos e meio, o Sr. Deputado Jorge Sampaio vem acusar o Governo de imprudência e de pressa em abolir determinados *dossiers*.

A questão que se põe é simples — simples ou complicada, é, pelo menos, simples de pôr —, e vai no sentido de saber qual era afinal a intenção do I Go-

verno Socialista ao pedir o início de negociações com vista à integração na Comunidade Económica Europeia. Era negociar ou não negociar? Era dizer que negociava para uns efeitos e não negociar, de facto para outros? Era pretender começar a abrir *dossiers*, quando, ao fim de três anos e meio, o Sr. Deputado Jorge Sampaio vem dizer que houve pressa em abrir determinados *dossiers* que, efectivamente, os Governos socialistas não tinham aberto nem sequer, tanto quanto eu sei, tinham devidamente preparado? Afinal, em que ficamos, Sr. Deputado? O Partido Socialista, que pediu, aliás com o nosso apoio, o início de negociações de Portugal com a Comunidade Económica Europeia tal como ela é, pretendia e pretende, sim ou não, que essas negociações se desenvolvam? O Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado Jorge Sampaio, com o seu brilho habitual, protesta agora contra o facto e reclama quanto à necessidade de que Portugal participe nas discussões internas da Comunidade Económica Europeia com vista à sua reconversão. Como pretende afinal — confesso que não entendo — que as coisas se processem? Por um lado, reclama a participação nas discussões internas da CEE, por outro lado, desde já pretendia protelar, não sei até quando, a abertura de *dossiers* que eventualmente considera difíceis ou complicados. E o Sr. Deputado desculpará que lhe diga — aliás, já ontem nesta Câmara houve quem se referisse a isso —, mas não vale a pena estar a insistir na acusação da Europa como mercantilista e de não ter eventualmente, do seu ponto de vista, as perspectivas culturais ou espirituais que o Sr. Deputado entende que devem ter, ou para as quais pretenderá chamar a atenção, que, ao fim e ao resto, mercantilistas e materialistas são os senhores, e não nós.

Protestos do PS.

Peço desculpa, presumo que os Srs. são efectivamente de um partido de doutrina e projecto materialista. Penso que sim.

Vozes do PS: — Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

O Orador: — Bem, os Srs. Deputados dirão. Mas, Sr. Deputado Jorge Sampaio, não venha argumentar no sentido de um eventual conflito, que toda a gente conhece e que evidentemente se tem de resolver, entre a necessidade de desenvolver largos espaços económicos e preservar, respeitar e incentivar os valores das culturas locais. Isso é um problema mais que conhecido. Peço ao Sr. Deputado que não nos considere, a todos quantos aqui estamos, tão ignorantes que não tenhamos perfeitamente em conta esse problema, problema que efectivamente é, porventura, o maior desafio que se põe no nosso tempo.

Finalmente, quanto às relações dos países portugueses com os países africanos de expressão oficial portuguesa, o Sr. Deputado Jorge Sampaio acusa fundamentalmente o Governo de não ter um plano global que dê suporte à cooperação com esses novos países. A ser assim, queria perguntar-lhe quem, no seu entendimento, deve fazer esse plano. Deve ser o Governo Português? Pretende o Sr. Deputado defender aqui — suponho que não — mas gostaria que me esclare-

cesse — que o Governo Português deveria impor, ou mesmo só propor, sem mais negociações, um plano de colaboração com os novos países africanos de expressão portuguesa? Aliás, não explicitou qual o âmbito de negociações que este plano pressuporia nem explicou também, e era bom que o fizesse, se entende que os novos países africanos de expressão portuguesa são como que uma entidade unificada ou se são Estados independentes e diferentes uns dos outros, e como tal é indispensável que sejam tratados.

Queria ainda perguntar-lhe, apesar de saber que os Srs. reverenciam qualquer plano, se não entende que esse plano, ou qualquer outro, deve ser consequência de negociações bilaterais entre o Governo Português e os vários Governos dos países em questão na procura de um consenso no sentido de a cooperação existir entre todos, e não de uma proposta unilateral, viesse de onde viesse, porventura espectacular, mas que fosse elaborada sem ouvir, com o respeito devido, todas as partes interessadas, em posições iguais e de respeito mútuo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Deputado Oliveira Dias, muito obrigada pelas suas palavras iniciais, e só é pena que, de facto, não se esteja a discutir uma moção relacionada com política externa, porque, nesse caso, o debate poderia ser mais profundo e o tempo de que eu disporia para responder e aprofundar os temas que abordei na minha intervenção seria de modo a explicitar algumas das dúvidas que V. Ex.^a formulou.

Para começar pela última questão que me pôs — e tenho de ser extremamente rápido, sem prejuízo da minha disponibilidade, que penso indispensável para continuar esta discussão —, acerca da qual a Câmara, quer ao nível da comissão especializada, quer ao nível do próprio Plenário, tem estado infelizmente arredada, dir-lhe-ei que V. Ex.^a, não percebeu inteiramente aquilo que eu disse.

Não nego que certamente haverá, como há, indícios de que há acções de cooperação de natureza técnica, mas a visão da cooperação não pode ser de sentido limitado ou de sentido exclusivamente técnico.

O que falta, e releio o que disse, é um projecto nosso, político, certamente estabelecido pelo Governo, e uma capacidade de diálogo político para as grandes questões de enlace entre, digamos, a periferia africana e o centro europeu, incluindo-nos a nós, neste momento e erradamente, nesse mesmo centro europeu. E basta ver que as questões da paz e, por exemplo, do desanuviamento, bem como a tremenda questão das matérias-primas e dos recursos energéticos, implicariam uma predisposição nossa para o lançamento desse diálogo, para o qual possuímos formidáveis características.

Se V. Ex.^a analisar, no decurso deste ano, o que aconteceu em Portugal e os países de expressão oficial portuguesa no que respeita a reuniões oficiais entre membros dos Governos, entre Presidentes da República ou entre Ministros dos Negócios Estrangeiros, ou mesmo até ao nível das comissões mistas — que são sempre a sede própria para o desenvolvimento e o enlace das acções globais a empreender —, observará, salvo erro, que o que se realizou foi apenas a

visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros a Cabo Verde e a reunião da comissão mista, também com Cabo Verde, e foi tudo, além, evidentemente, da delegação do Banco de Portugal que se deslocou ao Maputo.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Peço-lhe imensa desculpa, Sr. Deputado, mas tenho pouco tempo. Podemos talvez continuar o diálogo noutra altura.

Bem, mas, como ia dizendo, isto é evidentemente pouco relativamente àquilo que está, por exemplo, inscrito nesta conferência que se vai desenrolar no Maputo e da qual, salvo informação em contrário, estamos irremediavelmente arredados, e é aí que se discutem os grandes temas, aí, sim, poderíamos e deveríamos demonstrar a nossa disponibilidade de diálogo, dentro do quadro europeu, que é o nosso, para esse alargamento.

Aliás, se V. Ex.^a vir — e desculpar-me — que o remeta para as suas fontes doutrinais — aquilo que S. S. o Papa João Paulo II tem dito na República Federal da Alemanha, observará que efectivamente a dimensão do diálogo euro-africano tem sido corporizada por ele durante a sua visita à Alemanha Federal, e é por isso mesmo que a um país como o nosso, com as características que tem, não se pode amputar a questão da cooperação — e não falei sequer na questão da cooperação com o Magrebe, que está, evidentemente, silenciada, mas à qual fatalmente iremos retornar, por questões energéticas, como é óbvio, sem nenhum plano de conjunto, sem nenhuma visão global, sem que, através das nossas características europeias, possamos servir a Comunidade Europeia, o desanuviamento e a paz mundial.

Foi esta a referência que eu quis fazer, e penso que está esclarecida.

Quanto à segunda questão que me pôs, não está em causa o problema da integração europeia de Portugal como tal — nunca esteve e não está. O que está em causa — e, quanto à visão mercantilista, não quero entrar nessas questões de filosofia, porque, nesse caso, teria de discutir, e com todo o prazer, a sua —, o que está em causa, repito e nós tivemos já o primeiro exemplo, que foi aqui tornado público e cuja resposta não foi particularmente esclarecedora, como não poderia ser, é aquilo que nós fizemos em negociações, por exemplo, quanto ao direito de estabelecimento, para surpresa dos próprios funcionários da comunidade europeia.

É por isso que eu digo que a integração europeia é, de facto, um projecto nacional, de recondução à nossa própria história, mas exige de nós a ponderação cuidadosa não da aceitação de uma panaceia como tal, mas daquilo que são os nossos interesses, daquilo que é a nossa salvaguarda para as nossas transformações, para o nosso progresso social e justiça social nesse espaço amplo.

E, quando a comunidade europeia, em termos de modelo económico e político, está no impasse da união aduaneira e necessita do chamado *deuxième souffle* para aquilo que tem de ser uma integração política, que é absolutamente indispensável como rompimento da política de bipolarização causada pelos blocos, é evidente que Portugal não devia participar

numa discussão que é interna, mas reivindicar, através das suas posições internacionais, aquilo que tem de ser essa Europa de *deuxième souffle*, porque as regras que entretanto forem determinadas ser-nos-ão impostas no quadro desta negociação, e é evidente que, a respeito disso, nos fóruns internacionais a que pertencemos, a começar pelo Conselho da Europa, temos todas as possibilidades de dizer quais são as regras do futuro que devem presidir a esse novo alargamento político, à virtualidade política que a comunidade europeia encerra.

Com isto apenas quis dizer que, se no esforço das negociações, à medida que estas se apressam, não é absolutamente claro aquilo que é a nossa salvaguarda, as perspectivas políticas diluem-se, essa mesma salvaguarda afasta-se e nós estamos apenas a bater a uma porta com a energia que as vicissitudes de 1975 e 1976 já não implicam, necessariamente visto que, quando se chega às discussões dos *dossiers* os nossos amigos e os nossos parceiros são extremamente duros e sabem bem salvaguardar a especificidade dos seus interesses próprios.

Em terceiro lugar, Sr. Deputado Oliveira Dias, vou abordar a primeira questão posta por V. Ex.^a, que é uma questão vasta.

É evidente que não está em causa a condenação da invasão do Afeganistão, e eu apenas referi isso na minha intervenção para que não ficasse dúvida, pois esse esquecimento ser-me-ia fatal. Esta é uma referência obviamente sincera, tem sido feita pelo Partido Socialista em numerosíssimas instâncias. Mas o que nós pensamos que é dispensável, dada a nossa pequenez, a pequenez dos nossos recursos e a necessária articulação com uma política europeia em face desta conflagração e em face deste problema, que afectou efectivamente o desanuviamento, é a necessidade de termos os precursores, porque efectivamente fomos o único país no Mundo que postulou de facto maior número de sanções.

Não houve ninguém como nós — e é a isso que eu me referia —, não houve ninguém que pretendesse que nós não déssemos a nossa solidariedade e não a afirmássemos, mas pretendemos que isso se faça com ponderação cuidadosa dos nossos interesses europeus nessa matéria, ressalvando sempre que as visões catastróficas não são de facto boas conselheiras para a sobrevivência de países como o nosso, carecidos de matérias-primas, carecidos de recursos energéticos.

Fundamentalmente, e em síntese, Sr. Deputado Oliveira Dias, o que está em causa — e é bom que se debata isso — é se nós assumimos a nossa postura internacional em termos de Estado cliente ou em termos de Estado soberano, vivo e participativo no processo de integração europeia, com as suas virtualidades, a sua cultura, o seu interesse social, o seu interesse cultural e a sua história.

A recusa do Estado cliente não deve ser vista como pondo em causa os limites da nossa segurança e as suas características, porque não é isso. É a participação política de um Estado independente, com oito séculos de existência com uma cultura e uma tradição histórica complexas, com uma formação social diversificada, e é essa síntese mobilizadora, essa síntese política, que é indispensável que se faça

numa matéria que é efectivamente uma matéria de consenso nacional.

É esta a nossa posição, é este o nosso empenhamento e o nosso objectivo.

Aplausos do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro (Freitas do Amaral): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao usar da palavra pela primeira vez perante a Câmara da II Legislatura do regime democrático português, desejo aproveitar para saudar todos os Srs. Deputados e, na pessoa deles, a instituição parlamentar que representa a soberania popular e aqui traduz a vontade política do povo português.

A partir da vitória eleitoral de 5 de Outubro passado, o Governo imediatamente se colocou a si próprio a questão de saber se devia ou não apresentar a sua demissão ao Presidente da República, para efeitos de formação de um novo executivo e de debate parlamentar de um novo programa de governo.

Uma vez que a Constituição nada diz sobre a matéria, nem contém implicitamente quaisquer indicações seguras sobre o assunto, e na ausência, por outro lado, de precedentes invocáveis na prática constitucional portuguesa, procurou-se averiguar como se passam as coisas a esse respeito nas principais democracias europeias. Os resultados da pesquisa efectuada não foram porém concludentes, sendo muito diversos os usos e costumes constitucionais nos vários países da Europa Ocidental sobre este ponto.

As duas soluções extremas são a da Grã-Bretanha e a da França: no primeiro caso, o governo não pede nunca a demissão, quer tenha sido investido um novo monarca, quer tenha havido eleições parlamentares ganhas pela maioria; no caso da França, pelo contrário, a prática da v. República é no sentido de o governo pedir a demissão tanto na hipótese de eleição de um novo Presidente da República como na de vitória eleitoral da maioria no poder.

A solução francesa parece a mais conforme com a natureza semipresidencialista de um sistema de governo em que o Executivo dependa simultaneamente da confiança do Presidente da República e do Parlamento. Seria essa, por isso mesmo, a solução que normalmente se adoptaria entre nós.

Acontece, porém, que nos encontramos desta vez em circunstâncias muito especiais, que nunca, aliás, se verificaram em França, pelo facto de às eleições legislativas se seguirem as presidenciais apenas com dois meses de intervalo e esta situação singular não poderia deixar de ser tida em conta.

Com efeito, a aplicação automática da solução francesa e decorrente do sistema de governo adoptado entre nós levaria inevitavelmente à necessidade da formação de dois governos e do debate parlamentar de dois programas de governo no curto período de dois meses. Basta enunciar a principal consequência prática da opção por aquela solução para se concluir imediatamente pela sua inviabilidade: seria um esquema inútil, prejudicial e desprestigiante. Inútil, porque forçaria a formação seguida de dois governos dife-

rentes com base na mesma maioria parlamentar; prejudicial, porque afectaria com uma duplicação nociva a continuidade da acção governativa e da actividade parlamentar; e desprestigiante, porque a opinião pública não deixaria de considerar ilógico e sem sentido esse jogo formalista que a todos faria perder tempo sem vantagem real para ninguém.

O Governo entendeu, pois, que não se devia enveredar por esse caminho e que a solução mais prática seria a de só se formar o novo Executivo a seguir à eleição presidencial, legitimando entretanto a continuação do actual Governo perante a nova Assembleia da República mediante o mecanismo da questão de confiança. De resto, e uma vez que ao Presidente da República ficaria sempre reservada a possibilidade de intervir no processo da formação do novo governo em Janeiro, o que agora sobretudo importava assegurar não era a posição deste Governo perante o Presidente — plano em que o *statu quo* se mantinha —, mas a posição do Governo perante a Assembleia da República, plano em que a situação se alterara, dado estarmos perante uma nova Câmara, entretanto eleita.

Vozes da oposição já se levantaram neste debate preconizando que o Governo devia, apesar de tudo, ter pedido a demissão ao Presidente da República.

Que o venha dizer o Partido Comunista, cuja tradição e doutrina constitucional não é favorável ao parlamentarismo, compreende-se. Já é porém mais estranho (sintomático) que o Partido Socialista, de tradição parlamentar e sempre em guarda contra as tentações cesaristas, acolha hoje uma tese constitucional que se traduz, no fundo, em sustentar que perante uma Assembleia nova o mais importante não é que o Governo venha obter dela a confiança parlamentar, mas que vá pedir a sua demissão a Belém.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O que esta tese sustentada pela oposição não consegue, contudo, explicar é como se haveria de evitar o grave inconveniente de cair na formação de dois governos, com dois programas, em dois meses apenas e com base na mesma maioria. Isso ninguém da oposição foi capaz de nos dizer.

Talvez por não ter resposta para essa questão crucial a oposição vai deixando de lado o problema da investidura e concentra o seu fogo na questão do Programa. Queriam pois ter um novo Programa, ainda que se tratasse de um «miniprograma intercalar».

Chamo a vossa atenção, Srs. Deputados, para que é isso mesmo que têm diante de vós porque o conteúdo do pedido de confiança feito pelo Governo é precisamente o Programa aqui aprovado em Janeiro, acrescido dos desenvolvimentos específicos que lhe são juntos pela declaração do Primeiro-Ministro.

Mas a oposição nada vê, nada comprehende, nada aceita. Dir-se-ia que os ilustres juristas que se sentam nas suas bancadas já não conhecem a figura da «prorrogação», nem a da «proposta de aditamento», pois, no fundo, é disso que se trata — de prorrogar o prazo de validade de um programa e de aditar ao conteúdo deste mais algumas alíneas.

Por último, e de sofisma em sofisma, vai-se mesmo ao ponto de sustentar que o que o Governo fez foi para se furtar ao risco da demissão pela eventual rejeição do Programa de Governo. Argumento total-

mente improcedente porém porque o risco de demissão é muito maior na questão de confiança do que na apreciação de um programa de governo. Com efeito, como é sabido de todos, para não perder a votação da confiança, é necessário obter uma maioria favorável de votos, ao passo que para não ver rejeitado um programa de governo basta não se formar uma maioria desfavorável.

Em nosso entender, pois, a oposição não tem razão. O Governo considera que optou pelo procedimento mais correcto e adequado nas circunstâncias actuais e pede a esta Assembleia que confirme tal entendimento e lhe dê a sua confiança para prosseguir, até à posse do novo governo em Janeiro próximo, continuando o actual em funções até lá e executando o seu Programa tal como aqui foi aprovado em Janeiro e com os desenvolvimentos específicos que se lhe propõe dar, nos termos apresentados pelo Primeiro-Ministro na sessão de anteontem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Durante o período que medeia entre o debate desta questão de confiança e a discussão que aqui faremos do programa do próximo governo no princípio do ano que vem, as principais questões que ocuparão prioritariamente a atenção e os esforços do Governo actual podem sintetizar-se nos pontos seguintes:

1.º Assegurar o funcionamento normal e a gestão dos negócios públicos;

2.º Organizar com eficiência e imparcialidade o processo relativo à eleição presidencial;

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Boa piada!

O Orador: — 3.º definir as grandes linhas da política económica e financeira para 1981, no quadro mais amplo do plano a médio prazo que cobrirá o período de 1981-1984;

4.º Preparar o fim do período de transição que a Constituição estabeleceu e a que a sua revisão porá termo, organizando nomeadamente o Ministério da Defesa Nacional para acolher no seu seio as Forças Armadas a partir do momento em que a extinção do Conselho da Revolução as colocar na dependência do poder civil;

5.º Continuar a conduzir a política externa dentro das orientações que foram seguidas durante o ano de 1980 e adoptar as providências necessárias para fazer face, na ordem interna, aos desafios e crises de origem externa que temos de enfrentar.

Dir-vos-ei uma palavra sobre cada um destes pontos.

Em relação ao primeiro, importará apenas referir que foi ele uma das principais razões por que o Governo não desencadeou neste período a formação de um novo executivo. O Governo prosseguirá, pois, a sua acção — e, como é natural, pautá-la-á pelos mesmos princípios e métodos que o nortearam no período anterior às eleições e lhe granjearam a vitória ampliada que nelas alcançou.

Quanto à eleição presidencial, entendeu o Governo que devia apresentar a esta Assembleia uma proposta urgente de revisão da lei eleitoral. A explicação é simples: é que o diploma elaborado em 1976 para regular o processo da eleição presidencial, dadas as particularidades que então a rodearam, não previu a hipótese de uma segunda volta nem regulamentou

os seus trâmites. Essa omissão pode no entanto revelar-se inconveniente este ano, se acaso houver segunda volta. Há aspectos importantes a disciplinar, para essa hipótese, como sejam, por exemplo, o do momento até ao qual são admissíveis desistências e o do início e duração da campanha para a segunda volta. É certo que tais lacunas poderiam eventualmente ser superadas por outras formas que dispensassem uma nova lei da Assembleia da República, nomeadamente — como já tem sido sustentado —, por consenso entre os candidatos ou por decisão da Comissão Nacional de Eleições. Só que a Constituição atribui a esta Assembleia competência exclusiva para legislar sobre eleições dos titulares dos órgãos de soberania e não se afigurou portanto ao Governo que se devesse desaforar essa matéria sob qualquer pretexto, entregando-a a outras entidades ou aos próprios interessados, que aliás poderão não chegar a acordo sobre os pontos em aberto, a menos que a Assembleia da República não queira pronunciar-se sobre o assunto ou não consiga fazê-lo em tempo útil.

A terceira área de preocupações do Governo nos próximos tempos é, como disse, a da definição das grandes linhas da política económica e financeira para 1981, no quadro mais amplo do plano a médio prazo, que cobrirá o período de 1981 a 1984.

Uma das vantagens do caminho que seguimos, não provocando agora uma crise governamental, reside precisamente na possibilidade de nos dedicarmos neste período à preparação das orientações a seguir em matéria económica e financeira.

Pela primeira vez, desde o 25 de Abril, o Orçamento Geral do Estado vai poder ser apresentado, como deve ser e como manda a lei, no ano anterior àquele a que respeita. Pela primeira vez, desde o 25 de Abril, o Orçamento e o Plano anuais vão poder ser propostos, como é lógico e como manda a lei, dentro do seu enquadramento nas Grandes Opções do Plano quadrienal. Pela primeira vez, desde o 25 de Abril, Portugal vai dispor de um plano a médio prazo, que os governos socialistas e presidenciais nunca conseguiram elaborar e que o nosso Governo, embora nada tenha de colectivista, se orgulhará de ser o primeiro a apresentar.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Plano quadrienal, aliás exigido pela Constituição e pela lei que até aqui nenhum dos nossos antecessores cumpriu, é indispensável, quer como carta orientadora do nosso desenvolvimento económico e social a médio prazo, quer como forma de racionalização e disciplina do sector público, quer ainda como quadro de referência para o sector privado e para os nossos parceiros internacionais, nomeadamente no âmbito das negociações de adesão à CEE.

O Conselho de Ministros vem-se debruçando há algumas semanas sobre os respectivos trabalhos preparatórios, que estão neste momento quase concluídos. Em breve serão divulgadas as posições e orientações aprovadas pelo Governo e, como então se verá, o documento sobre as Grandes Opções do Plano a Médio Prazo trará consigo importantes inovações metodológicas e perspectivas animadoras quanto às potencialidades da nossa economia e do nosso desenvolvimento, apesar do contexto internacional difícil que nos rodeará nos próximos quatro anos.

Seria natural que a oposição, sem prejuízo das críticas que entendesse dever fazer ao Governo, ao menos se congratulasse com o anúncio da próxima apresentação do primeiro Plano quadrienal do regime do 25 de Abril e com a apresentação — pela primeira vez a tempo e a horas — do Plano e do Orçamento para 1981. Mas sobre isto a oposição guarda silêncio: não tem, infelizmente, a grandeza de alma que permite aplaudir o adversário quando este acerta ou tem razão. Como era diferente a nossa atitude na oposição...

Risos.

Em quarto lugar, afirmei-o atrás, está e vai continuar o Governo a dedicar-se à preparação do fim do período de transição previsto na Constituição, designadamente organizando o Ministério da Defesa Nacional para acolher no seu seio as forças armadas quando a extinção do Conselho da Revolução as colocar na dependência do poder civil, como é próprio de qualquer democracia.

Com tal objectivo, o Conselho de Ministros aprovou já há tempos um conjunto de diplomas legais — incluindo a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional — que apontavam justamente nesse sentido. Dois desses diplomas foram porém objecto de voto presidencial não fundado em constitucionalidade e sobre o qual nenhuma explicação foi dada ao Governo. Os inconvenientes e o atraso resultantes desta atitude são manifestos. O Governo continua no entanto a pôr o maior empenho na promulgação daqueles diplomas.

Simultaneamente, está quase concluída a versão final da proposta de lei sobre organização da defesa nacional que o Governo tenciona apresentar proximamente a esta Assembleia da República:

O respectivo texto irá preencher uma lacuna que muito se faz sentir no nosso ordenamento e, pela especial natureza das questões de organização do Estado que suscita, contribuirá decisivamente — estou certo disso — para abrir novas perspectivas enriquecedoras ao debate da revisão constitucional.

Por último, tenciona o Governo continuar a conduzir a política externa portuguesa dentro das orientações que foram seguidas em 1980, adoptando ao mesmo tempo as providências que julga necessárias para fazer face, na ordem interna, aos desafios e crises de origem externa que temos de ir enfrentando.

Basta pensar, por exemplo, na integração de Portugal nas comunidades europeias ou na crise do petróleo para se compreender que em grande parte os problemas internacionais deixaram de ser meramente assuntos exteriores para se converterem também em assuntos internos.

Não julgo necessário desenvolver hoje aqui a explanação das grandes orientações da nossa política externa, que são conhecidas desta Assembleia e constam do Programa do actual Governo aprovado no início do ano corrente. Gostaria no entanto de aproveitar a ocasião para sublinhar dois ou três pontos mais recentes sobre os quais a Câmara poderá ter interesse em conhecer a posição do Governo ou a realidade de certos factos que nos dizem respeito.

Um dos pontos a que me refiro é o do abastecimento de petróleo a Portugal. Estamos, como se sabe, a ser afectados pelas consequências da guerra entre

o Iraque e o Irão, países que por causa dela têm tido interrompida a sua produção petrolífera. Isso tem obrigado a diplomacia portuguesa, o Ministério da Indústria e Energia e a Petrogal a multiplicar as diligências e contactos nas mais diversas direcções a fim de colmatar as dificuldades surgidas com a dupla finalidade de substituir as quantidades em falta de proveniência iraquiana e de assegurar uma maior diversificação das fontes do nosso abastecimento em petróleo para os próximos anos.

Aos resultados positivos até aqui já alcançados importa agora acrescentar que, desde anteontem, recebemos a confirmação do reinício da produção de petróleo no Iraque, em zonas não afectadas pela guerra, e a notícia de que Portugal está, por decisão das autoridades iraquianas, na primeira linha dos países a quem o Iraque fornecerá prioritariamente o seu petróleo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O que valem as armas!

O Orador: — Foram assim coroadas de êxito as diligências diplomáticas que nesse sentido fizemos nas últimas semanas — sem intermediários — junto das autoridades de Bagdade.

Outro ponto de interesse que desejo focar é respeitante à situação na Guiné-Bissau. Seguimos naturalmente com o maior interesse e atenção o desenrolar dos acontecimentos ali ocorridos desde o passado fim-de-semana, dado tratar-se de uma ex-colónia portuguesa, hoje um país amigo com quem temos mantido relações de amizade e de cooperação a todos os títulos exemplares.

Não quisemos nem queremos pronunciar-nos sobre os aspectos políticos das alterações verificadas em Bissau, pois isso equivaleria a uma intromissão nos assuntos internos de um país independente. Declarámos, porém, desde a primeira hora, que fazímos votos por que não fossem afectadas nem postas em causa as excelentes relações que existiam entre Portugal e a República da Guiné-Bissau.

Entretanto, tenho a comunicar a esta Assembleia que dentro das primeiras quarenta e oito horas, a seguir aos acontecimentos do passado fim-de-semana o representante de Portugal em Bissau foi chamado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné que lhe exprimiu, em nome do novo poder político ali estabelecido, a vontade clara de manter e desenvolver as melhores relações com Portugal. Pelo nosso lado, e correspondendo a essa declaração, e também aos nossos objectivos relativamente aos novos países de expressão portuguesa, já anteontem demos instruções ao nosso embaixador em Bissau para reiterar às autoridades guineenses o desejo do Governo Português de manter e desenvolver as melhores relações com a República da Guiné-Bissau.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Como prova concreta desse nosso desejo anunciamos que o embarque de novos cooperantes portugueses para a Guiné — interrompido, a pedido da Guiné por força dos recentes acontecimentos — poderá, pela nossa parte, ser retomado logo que o Governo Guineense o considere possível e conveniente.

Não é costume em Portugal, dentro da tradição europeia, proceder ao reconhecimento de governos; a nossa prática é que Portugal reconhece Estados e não governos. Num caso como este, não temos pois que praticar qualquer acto de reconhecimento das novas autoridades. Mas a declaração que citei feita pelo nosso representante em Bissau, vale evidentemente como reconhecimento implícito.

Quero ainda acrescentar que o Governo Português vê com satisfação os esforços que estão a ser desenvolvidos pelos responsáveis da República de Cabo Verde no sentido de evitar a deterioração das relações entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau. Por nós, pretendemos manter as melhores relações com essas duas jovens repúblicas africanas de expressão oficial portuguesa, independentemente do tipo de relação que entre ambas decidam estabelecer, que aliás desejamos possa ser a melhor possível.

Gostaria de aproveitar para introduzir neste ponto uma resposta à intervenção, que há pouco ouvi, do Sr. Deputado Jorge Sampaio.

Não é verdade que em termos da cooperação política e global, como coisa diferente de mera cooperação técnica, durante este ano se tenha assistido apenas à reunião da comissão mista entre Portugal e Cabo Verde e a uma visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros a Cabo Verde. Assistiu-se a uma visita presidencial a Cabo Verde, a encontros demorados e repetidos entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Cabo Verde, à reunião da comissão mista entre Portugal e a Guiné, esteve marcada uma reunião da comissão mista entre Portugal e Angola, que foi adiada a pedido do Governo Angolano para depois do fim deste ano por razões internas de Angola, e foi realizado um encontro nas Nações Unidas entre o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, onde ficou marcada uma reunião de alto nível entre os dois países para se fazer o ponto da situação e se avançar numa nova fase da cooperação global entre Portugal e Moçambique. Queria ainda acrescentar que, quanto à conferência a que o Sr. Deputado se referiu, e que proximamente se realizará no Maputo, se Portugal não faz parte dos participantes dessa conferência foi porque os governos anteriores, governos eanistas, que presidiram ao destino do nosso país no tempo em que essa conferência foi organizada e convocada não conseguiram, diplomaticamente, a presença de Portugal nessa reunião.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Quero ainda acrescentar que na opinião de várias autoridades de vários países africanos de expressão portuguesa nunca encontraram em governo português nenhum tanta vontade, determinação e abertura para as relações de amizade e cooperação entre Portugal e esses países como têm encontrado no Governo actual.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Creio que esses governos fazem e têm melhor ideia da actuação positiva do nosso Governo do que a nossa própria oposição, ...

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Muito bem!

O Orador: — ... mas continuamos abertos ao tal consenso com o Governo que o Partido Socialista diz desejar em matéria de política externa.

O último ponto que gostaria de abordar refere-se a algumas críticas feitas nesta Assembleia e neste debate à orientação pró-europeia e pró-occidental da política externa do Governo. Começaria por dizer ao Sr. Deputado Jorge Sampaio que não é verdade que Portugal tenha sido o país que mais medidas de retaliação tomou contra a União Soviética por virtude e em consequência da invasão soviética do Afeganistão. Houve vários países ocidentais que tomaram mais de vinte medidas de retaliação cada um; Portugal tomou três.

O Sr. Deputado César Oliveira, da UEDS, acusou-nos aqui por atacarmos a invasão soviética no Afeganistão, mas ao mesmo tempo nos mostrámos benévolos, segundo ele, para com as soluções autoritárias e fascistas que ocorrem na Bolívia, donde não foi chamado para consultas o nosso embaixador em La Paz.

A verdade, Sr. Deputado, é que, além de não termos embaixador residente em La Paz e por isso não o podemos chamar, ...

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

... as duas situações não têm paralelo, porque no Afeganistão houve uma invasão por um exército estrangeiro, o que não aconteceu na Bolívia, tendo sido chamado o nosso embaixador no país invasor, e não o nosso representante no país invadido.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Seja como for, o Governo Português condenou pública e formalmente o golpe na Bolívia e disse porquê, da mesma forma que condenou pública e formalmente o golpe na Turquia e disse porquê. Curiosamente, em certos meios ditos progressistas comentou-se que a nossa condenação do golpe na Turquia era um quixotismo. Estamos, pois, em presença de dois pesos e de duas medidas.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Muito bem!

O Orador: — O mesmo Sr. Deputado e outros ilustres oradores da oposição acusaram-nos também de termos uma política de completo alinhamento pelas posições dos Estados Unidos, o que é desmentido por entrevista que hoje é publicada no vosso tão apreciado semanário *O Jornal*, não contribuindo assim para que a Europa venha proximamente — cito palavras dele — «a subtrair-se à submissão aos Estados Unidos e a libertar-se do espartilho das superpotências».

Sejamos claros. No entender do Governo, Portugal e a Europa não são nem devem vir a ser equidistantes entre a União Soviética e os Estados Unidos. Os Estados Unidos são um país amigo e aliado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estamos, pois, mais perto dele do que da União Soviética, e creio que sempre assim será.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A Europa está ao lado dos Estados Unidos na NATO contra o expansionismo soviético, porque sabe que os Estados Unidos são os únicos capazes de se pôr ao lado da Europa se a União Soviética invadir ou atacar um país europeu, ...

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... tal e qual como os Estados Unidos souberam estar ao lado da Europa e defendê-la contra a invasão e o domínio nazi.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A Aliança Atlântica é uma aliança contra as ditaduras — ontem contra a ditadura fascista, amanhã, se necessário, contra a ditadura comunista.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nisso se distingue do Pacto de Varsóvia, que é uma aliança contra a democracia e contra a liberdade, ...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

... isto é, contra a democracia dos países ocidentais e contra a liberdade dos povos da Europa de Leste.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Não temos, Srs. Deputados, complexos de culpa. A política de amizade e aliança com os nossos parceiros da NATO, nomeadamente com os Estados Unidos, é uma política sá e coerente, que defende melhor do que qualquer outra a nossa liberdade, a nossa independência e o nosso futuro.

Amizade e aliança não significam subjugação nem servilismo. A era da submissão a outrem terminou, salvo na Europa de Leste, infelizmente.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — O que significa é que temos uma herança comum a defender, ideias e princípios idênticos a prosseguir e necessidade de nos unirmos para termos força para resistir às ameaças dos nossos inimigos. Muitos dos que criticavam Carter pela sua fraqueza são os mesmos que hoje criticam Reagan pela sua firmeza. A esses direi, recordando a fraqueza de Chamerlain, que, no entender do Governo, só uma política de firmeza poderá evitar o risco de um conflito geral. E acrescento, para que não restem dúvidas, que para nós não é aceitável a concepção segundo a qual, face à crescente ameaça soviética, aos Estados Unidos deviam caber os encargos da defesa e à Europa as delícias da *détente*.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Para nós tudo está ligado, e, se a *détente*, correctamente entendida, deve ser por todos assumida, o mesmo se tem de dizer das responsabilidades da defesa.

Que a Europa seja autónoma e possa um dia ser política e militarmente independente, isto é, capaz de se defender sozinha, ninguém o desejará mais

convictamente do que eu. Mas mesmo nesse dia a independência da Europa não quererá dizer equidistância. As distâncias nunca serão iguais, porque o caminho que vai de uma democracia a outra democracia será sempre mais curto do que o que separa uma democracia de uma ditadura.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo pensa que está na razão e que trilha o caminho certo, mas a Assembleia da República o dirá. Por isso o Governo lhe pede um voto de confiança. Estamos certos de que a maioria no-lo dará.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Entretanto assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: — Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, inscreveram-se para solicitar esclarecimentos ou comentários os Srs. Deputados Jorge Sampaio, César de Oliveira, Vítor Constâncio, Almeida Santos, Manuel Alegre e Vital Moreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É apenas para um curto comentário, uma vez que é de professar a esperança de que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e esta Câmara tenham um diálogo que não seja interrompido pela ausência dele e, como no Programa do VI Governo, ao que parece agora em matéria de superveniência, com um prazo de prolongamento, não se repitam esses mesmos silêncios, que no passado não foram conducentes a um conhecimento abalizado e participativo das grandes orientações da nossa política externa.

Três breves reparos.

No que respeita à Conferência do Maputo, evidentemente que, na altura própria, o Sr. Ministro apresentará a esta Câmara, através da comissão especializada, aquilo que foram as diligências, entretanto, feitas ou goradas e, sobretudo, aquelas que porventura poderiam ter sido feitas para reparar esse eventual mal.

No que respeita à questão das relações com as antigas colónias, é preciso apenas dizer o seguinte: temos de saudar aquilo que são desanuviamentos a esse nível, porque essa questão não é uma questão partidária, é uma questão nacional. Todavia, Sr. Ministro, importa ver exactamente, e deixaremos isso para outro debate, porque é que algumas condições estão hoje melhoradas. E essas condições resultam de ter sido esquecido, e muito bem, aquilo que se dizia num determinado parágrafo do Programa do VI Governo, que passo a citar:

O Governo, a propósito desta matéria, procurará também ser neste campo sobretudo pragmático. E assim, ao mesmo tempo que apoiará a expansão das relações comerciais e de cooperação técnica e científica com os países de expressão portuguesa, não subestimará a importância que reveste o contencioso económico-financeiro.

Evidentemente que o facto de ele, lentamente, pela própria força das coisas, se ir arquivando é uma medida excelente. Bem pena foi que se tivesse posto isto no Programa do VI Governo e se tivesse de alguma forma corporizado durante anos que essa era a questão impeditiva de uma real cooperação. Perdeu-se com isto, e por culpa de V. Ex.^a e dos partidos que efectivamente aqui integram a maioria e pela agitação cultural em torno desta matéria, que põe uma dicotomia entre determinados portugueses, muito tempo nesta questão.

Terceiro e último ponto, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, que não há mais tempo: nós não somos pela equidistância, não foi esse o teor do meu discurso, que V. Ex.^a só ouviu a partir de metade e que, felizmente, o Sr. Deputado Oliveira Dias ouviu na totalidade. Estamos sempre dispostos a debater esta questão, mas o que não entramos é de facto na demagogia fácil, que o passado do meu conhecimento de V. Ex.^a não me daria a possibilidade de prever. Esta matéria não é demagógica, não pode ser discutida entre os bons e os maus portugueses, consoante planeiam o futuro da Europa, tem se ser meditada, discutida e ampliada em torno dos nossos interesses nacionais. Para a disponibilidade desse debate estamos sempre prontos; não o estamos de facto é para a *capitis diminutio* e o mecanismo redutor que está implícito nas palavras de V. Ex.^a.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Vice-Primeiro-Ministro deseja responder separadamente ou no final a todos os seus interpellantes?

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro: — Respondo no final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É apenas para um pequeno esclarecimento. O Sr. Vice-Primeiro-Ministro ou leu mal ou foi mal informado, a menos que esteja de má fé. Na minha intervenção eu não disse «residente», disse «acreditado em La Paz», Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Vice-Primeiro-Ministro, começo por registar que um pouco tarde o Governo veio hoje aqui, através da sua intervenção, explicar um pouco mais detalhadamente o que vai fazer neste período intercalar de dois meses. Faço também uma pequena correcção, no que diz respeito ao Orçamento Geral do Estado, para lembrar que em 1976 o I Governo Constitucional, creio, também apresentou o Orçamento Geral do Estado dentro do prazo previsto. Entrarei noutras considerações sobre o Plano na altura própria, ou seja quando aqui forem apresentadas as Opções do Plano.

As minhas perguntas são apenas três e referem-se ainda à matéria, digamos, constitucional relacionada com a metodologia que o Governo utilizou para apresentar esta moção de confiança.

São três questões breves.

Em primeiro lugar, o Governo reconhece que, segundo a Constituição, é responsável perante a Assembleia e perante o Presidente da República. Assim, gostaria de perguntar por que é que o Governo se sente à vontade para fazer uma interpretação da Constituição que o leva a não apresentar a demissão e a pedir nova investidura junto da Assembleia e por que é que considera que, necessariamente, tem de apresentar a demissão a seguir a uma eleição do Presidente da República.

Segunda questão, relacionada com esta: por que e que não era possível inverter o processo, como referiu na minha intervenção no primeiro dia do debate, e perante a nova Assembleia o Governo pedir uma nova investidura e na altura da eleição do Presidente da República pedir junto dele a reafirmação de uma confiança? Por que é que isso não era possível? A interpretação que o Governo seguiu não é de facto uma interpretação muito mais presidencialista da Constituição do que aquela que nós aqui defendemos, que era mais parlamentarista? Registo a ousadia do Sr. Vice-Primeiro-Ministro em insinuar o nosso menor apego à democracia parlamentar.

Terceira questão: a metodologia seguida pelo Governo não foi ditada sobretudo por razões de conjuntura política, mas motivada pelo receio que o Governo tinha de que a sua demissão antes das eleições presidenciais desse origem à posse de um novo governo presidido pelo mesmo Primeiro-Ministro e com a mesma composição, fazendo-se assim perante o País toda a demonstração, de resto evidente, em primeiro lugar, de que o Presidente da República respeita os resultados das eleições legislativas e, em segundo lugar, de que este Governo não tinha qualquer objecção a tomar posse com este Presidente da República; tal como não tem tido qualquer objecção a governar com ele durante todo este ano.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Essa é boa!

Vozes do PSD: — Eh!!!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Vice-Primeiro-Ministro, tenho de referir-me ao seu discurso em termos quase telegráficos — o meu partido já não dispõe de tempo. Mas, já que me homenageou com algumas considerações à intervenção que fiz ontem, queria retribuir-lhe a homenagem.

Antes de mais, não estou de acordo em que a Constituição nada diga sobre o tema que nos divide. Diz quase tudo, só não diz quando é que começa a contar-se o prazo de dez dias, e não parece que a melhor interpretação seja a de que o Governo o contará como bem entender. É só isso que não diz.

Por outro lado, queria dizer-lhe que cesarista é, na verdade, como acaba de dizer, não nestes termos, mas por outros, o meu camarada Vitor Constâncio, considerar-se o Governo na obrigação de se demitir quando muda o Presidente da República e não se considerar na obrigação de se demitir quando muda a Assembleia da República. O risco de dois governos em dois meses não é a Constituição que o cria, é o

Governo que, perseguindo fantasmas, o cria, não aceitando ser governo se ganhar as eleições um dos candidatos mais bem colocados à Presidência da República.

Conhecemos a figura da prorrogação, obviamente, mas também conhecemos a figura do mandato e sabemos que, quando muda o mandatário e quando caduca o mandato, não pode considerar-se um governo que foi investido por um anterior mandatário e por uma anterior vontade revalidado ou como que convalidado pelo novo mandatário. Portanto, não somos nós que usamos o sofisma, e permita-me também que lhe anote que não é na verdade crível que o risco da apresentação de um programa seja menor do que o risco da apresentação de uma moção de confiança. Não são os votos que contam, nem teoricamente, nem de facto. Em qualquer dos casos, a resposta está garantida. Em qualquer caso também, o Governo responsabilizar-se-á muito mais perante o povo português e o eleitorado dizendo-nos aqui quais são as principais medidas políticas e legislativas que tenciona adoptar para os próximos quatro anos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Vice-Primeiro-Ministro, sempre estivemos de acordo com o princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros países, muito especialmente nos assuntos internos de países a que nos ligam laços especiais e que são hipersensíveis em relação às posições de Portugal. Mas há várias formas de ingerência. Uma mal escondida euforia da parte de certos sectores políticos em relação aos recentes acontecimentos de Bissau é uma forma de ingerência, e isso é tanto mais grave quando expresso em órgãos estatizados, como foi o caso da RDP. Mas penso que o escrupuloso respeito da não ingerência não é incompatível com o interesse pela sorte pessoal de dirigentes políticos que são figuras históricas dos seus países e que sempre tiveram em relação a Portugal uma atitude de amizade, se não mesmo de fraternidade. Nesse sentido, gostaria de perguntar ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro se o Governo, sem quebra do princípio da não ingerência, fez alguma diligência relativamente à sorte pessoal de uma grande figura histórica da Guiné e um grande amigo de Portugal, o ex-Presidente Luís Cabral.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Finalmente, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, o tempo não me permite mais do que um breve comentário. Aliás, alguns daqueles que gostaria de fazer já foram feitos por alguns Deputados, nomeadamente pelo Sr. Deputado Almeida Santos. Mas creio que o ponto que escolhi para comentar ilustra ele mesmo o teor de um discurso e vale para julgar o resto.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro disse, entre outras coisas, que a NATO era uma organização contra os regimes fascistas e contra as ditaduras, e disse isso sem se tirar. E certamente era por ser contra as ditaduras fascistas que o regime fascista português lá

estava e por ser contra as ditaduras que de facto impediu o golpe dos coronéis na Grécia e o recente golpe militar na Turquia e era certamente a participação democratíssima dos Ministros de Salazar que dava o teor democrático às reuniões da NATO.

Risos.

E o Ministro do Governo da República que diz isto perante uma Assembleia sem se rir pode, obviamente, qualificar o Governo da República que tem este Ministro, mas uma Assembleia que aplaude, através de mais de metade dos seus Deputados, tais afirmações qualifica-se também a si mesma. Em todo o caso, esta afirmação qualifica o teor do discurso, que pode ser julgado por este pequeno ponto.

Aplausos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Fraco juiz!

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, gostaria de começar por perguntar à Mesa qual o tempo de que o Governo ainda dispõe para este debate, incluindo a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Sr. Vice-Primeiro-Ministro, o Governo dispõe de um total de quinze minutos e meio.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro: — Os Srs. Deputados compreenderão que terei de ser ultra-rápido nas respostas. Por isso peço desculpa a quem não responder.

Suponho que não vale a pena prolongar o debate acerca de se saber se foi ou não legítimo o procedimento adoptado pelo Governo. Verifica-se que da parte da oposição não há qualquer capacidade de resposta para a questão essencial, ou seja, como se resolia o problema de evitar o grave inconveniente de ter de formar dois governos, debater dois programas em apenas dois meses.

Protestos do PSD e do PCP.

Se tivéssemos optado por o fazer agora, não o fazendo em Janeiro depois da posse do novo Presidente, gostaria de saber qual seria a reacção da oposição que aqui nos viria acusar de estarmos a esquecer o respeito devido à componente presidencial do regime.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Optámos pela solução que nas circunstâncias actuais melhor concilia a necessidade de mostrar respeito pelas duas componentes de um regime semipresidencialista. Agora que mudou a Assembleia apresentámo-nos para pedir a sua confiança. Em Janeiro haverá um Presidente da República eleito, depois de uma eleição presidencial — nessa altura apresentar-nos-emos perante ele com a nossa demissão. Não creio que houvesse maneira de conciliar melhor as duas componentes do regime.

Quanto à política externa, queria dizer duas ou três coisas muito rápidas. Em primeiro lugar, Sr. Depu-

tado Manuel Alegre responderia que o Governo não controla os órgãos de informação, ...

Risos do PSD, do PCP, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP.

... porque se o fizesse, Sr. Deputado, certamente não permitiria que eles se ingerissem nos assuntos internos que acabam de ocorrer na Guiné-Bissau ou nas relações entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. O Governo não os controla, a imprensa é livre, portanto isso não é nada connosco. Essa não é, em qualquer caso, a nossa posição.

Risos e protestos do PSD e do PCP.

Quanto ao Presidente Luís Cabral, posso dizer ao Sr. Deputado Manuel Alegre que o Governo tem feito diligências, mas permitir-me-á que por enquanto as não revele.

Queria também dizer ao Sr. Deputado Jorge Sampaio que, relativamente às nossas relações com as ex-colónias portuguesas, o que se tem passado não é devido ao facto de o Governo ter esquecido o problema do contencioso. O Governo não o esqueceu. O que o Governo fez foi, por um lado, começar a resolvê-lo, e posso dar-lhe um exemplo ainda não conhecido da opinião pública: o caso do célebre ouro de Moçambique. Esse ouro era devido juridicamente ao Governo e ao Estado de Moçambique. Todos os Governos anteriores se recusaram a devolvê-lo a Moçambique, inclusivamente no Governo Pintasilgo o Ministro das Finanças fez um despacho a dizer que não se devia devolver esse ouro, porque ele devia fazer parte do nosso capital de negociação perante o Estado de Moçambique, e foi este Governo, entendendo que não era uma questão negociável, mas pura e simplesmente uma questão de direito, visto o ouro pertencer a Moçambique, que o devolveu.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Não esquecemos o contencioso, mas começámos a resolvê-lo e transformá-mo-lo numa questão de longo prazo, pois só a longo prazo é que poderá ser solucionado a contento de ambas as partes.

Não, Sr. Deputado, a razão pela qual as coisas melhoraram nas relações com as antigas colónias por acção deste Governo não se deve a isso, deve-se a outra coisa, deve-se ao facto de este Governo ter capacidade e autoridade para negociar, deve-se ao facto de este Governo ter conseguido pôr cobro às diplomacias paralelas, deve-se ao facto de, durante a vigência deste Governo, nunca mais ter ido a Angola ou Moçambique o tenente-coronel Melo Antunes dizer que negociassem com ele, e não com o Governo, porque era o Presidente da República e não o Governo que tinha autoridade para negociar na política internacional.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Finalmente, queria dizer — com isto termo — que aprecio muito a declaração feita pelo Sr. Deputado Jorge Sampaio, que coincide inteiramente com a posição do Governo, quando diz que há que procurar o consenso máximo possível, em termos de política externa, entre o Governo e a oposição democrática. É isso que procurámos fazer. Vim várias vezes à

Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, vim pelo menos uma vez à Comissão Parlamentar de Integração Europeia, recebi pelo menos duas vezes o secretário-geral do Partido Socialista durante este curto período em que o Governo actuou. Assim fizemos nas questões essenciais, assim o continuaremos a fazer.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A independência nacional, a política externa, a defesa nacional têm estado no centro destes debates. São problemas que preocupam todas as forças políticas, da esquerda à direita, embora por razões diversas.

Por um lado, a cooperação, o desenvolvimento, a nova ordem económica, por outro lado, o afrontamento, a corrida aos armamentos como garantia de equilíbrio e de salvaguarda da paz. Estas questões são rodeadas de mitos, alimentados durante anos e anos. Os pressupostos ideológicos são os mesmos, de um e outro lado, embora sejam outros os políticos: negar e impedir a Revolução como única saída para a crise mundial. Por isso a UDP vai intervir sobre o assunto começando pelo nosso Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: De quem nos quer salvar e defender o Governo AD e o seu Ministro Amaro da Costa? Qual o inimigo poderoso que o faz correr, conferenciar, discursar, escrever? Qual o inimigo omnipresente que justifica as despesas militares, as credenciais NATO, os saneamentos nas forças armadas? Que justifica os sacrifícios que vamos passar, os heroismos de que certamente iremos dar provas? Que justifica as bases americanas no nosso território, o quase certo porta-aviões, o armamento nuclear americano em Portugal que ainda não está em causa porque ainda não foi preciso?

Esse inimigo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o imperialismo soviético, o mais agressivo — como exclamou ontem o Sr. Deputado Pedro Roseta —, se não o único, como deu a entender na Televisão o Sr. Prof. Freitas do Amaral.

É o invasor do Afeganistão o que não defende os direitos do homem, que quer o mundo todo para ele e nem sequer pretende deixar nada para os Americanos e outros países ocidentais. É aquele que ameaça as fontes de abastecimento dos Estados Unidos por esse mundo fora, desde o Médio Oriente ao Extremo Oriente, que ameaça os mercados onde os povos têm direito a comprar cassettes de música rock, electrodomésticos, têm direito a consumir coca-cola, direitos esses tão universais e humanos que nem aos inimigos soviéticos se negam.

É o inimigo que ameaça a Europa e, embora não se perceba o porquê dessa ameaça nem nunca aqui foi explicada, propagandear-lo possibilita aos Americanos crivarem-na de mísseis e encherem-na de tropas e assim lá vão garantindo a sua própria defesa, bem afastada, como convém.

É um inimigo tão mau que quer tirar aos Africanos e Sueste-Asiáticos o direito de porem a sua força de trabalho ao serviço exclusivo das multinacionais da

CEE e dos Estados Unidos e substitui-las pelos capitais soviéticos.

E quem nos pode ajudar a defender desse inimigo? A NATO e os Estados Unidos da América!

Não são a NATO e os Estados Unidos quem, com a AD, defendem intransigentemente a democracia e os direitos do homem? Não foram os Estados Unidos, a ITT e a CIA quem programou e fomentou o golpe fascista no Chile, para poderem com os partidos da AD fazerem declarações contra violações dos direitos do homem nesse país? Não foram os Americanos que mataram milhões de vietnamitas, arrasaram milhões de hectares de florestas e culturas com desfolhantes, queimaram vivos homens, mulheres e crianças com napalm, para que os direitos do homem não fossem violados? Não foram os Americanos que, para se oporem à ameaça soviética, ajudaram o tenente-coronel Eanes a dar o golpe do 25 de Novembro para que fossem respeitados os direitos do Sr. Prof. Adriano Moreira, do Sr. Almirante Américo Tomás e até do Prof. Marcelo Caetano, embora a título póstumo, e de todos os senhores da CAP, da CIP e da CCP?

Os Soviéticos querem hegemonizar o Mundo e liquidar os direitos do homem, mas os Estados Unidos, com a NATO e a ajuda da AD, não-de mostrar-lhes quem manda.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como deveremos classificar um Governo que mostra ao nosso povo um inimigo improvável e distante e lhe esconde outro, real, violento e que está portas a dentro?

Como classificar um Governo que fala do Afeganistão e da Polónia e é cúmplice da ITT/Standard, da administração das Minas da Panasqueira, na repressão dos trabalhadores, cúmplice da ocupação das bases das Lajes e Beja, dos generais da NATO que mandam nas nossas forças armadas?

É que o Governo e a AD apontam como nosso inimigo o inimigo dos Americanos para poderem mascarar de nossos amigos estes últimos!

Da mesma forma que o Governo AD não corre para nos salvar, mas para se salvar a si e aos seus amigos, também os Soviéticos não correm para apoiar a revolução e o socialismo nem correm os Americanos para defender os direitos do homem e a democracia. O que faz correr Americanos e Soviéticos, os Ingleses, Alemães, Japoneses, Franceses ou Chineses é uma e a mesma coisa, ou seja, aquilo que, no mundo actual faz correr as burguesias capitalistas, quer sejam velhas e tradicionais ou novas e sem tradição: o lucro máximo, a concentração monopolista, a posse das fontes de matérias-primas, de mercados dóceis, de mão-de-obra barata que justifique a exploração de capitais e permita a sua reprodução na proporção média de 1 para 5.

O grande problema é que o Mundo foi já todo descoberto há muito, com a nossa contribuição decisiva, e agora para mudar as cores ao mapa só restam as guerras mundiais quando as regionais e localizadas não chegarem. As colónias acabaram praticamente graças à luta dos seus povos e com elas as justificações ideológicas que moralizavam a exploração colonial. Em seu lugar os imperialistas promovem o neocolonialismo por forma a continuarem a submeter os povos e a impedir a revolução.

É assim que a velha ideologia colonialista procura novas formas, ou seja a defesa da «democracia» e dos «direitos do homem» e os Estados Unidos traduzem-na estrategicamente na necessidade de manutenção do seu poder no Mundo como forma de preservar o último bastião daqueles estimáveis princípios.

Com histórias diferentes e também relativamente diferentes entre si as novas burguesias soviética e chinesa utilizam não os *slogans* tradicionais das burguesias da Europa e dos Estados Unidos, servem-se antes de um outro bem mais aliciante e a coberto do heróico passado dos seus países que elas liquidaram: O socialismo e a revolução!

A China, parceiro mais recente nestas andanças imperialistas, tendo na URSS um adversário mais directo, quer no terreno a disputar quer na utilização da mesma mistificação ideológica, alia-se aos Estados Unidos no combate ao imperialismo soviético.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A burguesia portuguesa, por razões históricas e até geográficas, depende totalmente do imperialismo americano e europeu para, depois do 25 de Abril, liquidar as conquistas populares e recuperar as velhas formas de exploração capitalista e monopolista postas em causa pela Revolução de Abril. Por isso o seu zelo na defesa dos interesses dos Americanos, na integração na NATO e na CEE. É também por isso que, tendo os trabalhadores o seu verdadeiro inimigo cá dentro aliado com o Governo, este desenvolve tão grande acção de diversão e mascaraamento, apontando-lhes um inimigo improvável e distante que nada lhes diz enquanto tal. É assim que o Governo e a AD, contra os interesses dos trabalhadores, para além de os porem a prestar serviço militar por conta da defesa da política de rapina dos Estados Unidos, preconizam a defesa contra um inimigo interno que poria em causa a democracia e os direitos do homem, substituindo no fundo e na prática a defesa nacional pela segurança nacional, a repressão dos trabalhadores a favor da selvagem acumulação capitalista.

Para a UDP, a nossa independência nacional garante-se pela luta dos trabalhadores contra os seus verdadeiros inimigos — os grandes capitalistas e monopolistas e os imperialistas americanos e europeus que têm as patas cá dentro. Consideramos que a burguesia portuguesa e as outras são totalmente incapazes de defender a independência nacional, perderam todo e qualquer verdadeiro sentimento patriótico, rendidas que estão aos interesses imperialistas internacionais através dos laços económicos, políticos e ideológicos, como consequência da internacionalização do capital.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo. Quando começou a sua intervenção dispunha de onze minutos e está quase a esgotar esse tempo. Como certamente deve querer guardar algum tempo para a intervenção final, chamo-lhe a atenção para esse facto.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente, eu acabo já.

A burguesia é reaccionária desde o momento em que o capitalismo assumiu o carácter monopolista e

é verdadeiramente antipatriótico na era do imperialismo, preferindo sempre virar-se contra os trabalhadores do seu próprio país a bater o pé ao imperialismo. É a sua sobrevivência que está em causa.

Só os trabalhadores, especialmente os operários e os camponeses, podem levantar as bandeiras da democracia e da independência nacional, pois deles depende a salvaguarda dos seus próprios interesses. Também só a luta revolucionária dos povos, dos operários e camponeses contra o imperialismo, o neocolonialismo, o capitalismo e os pactos militares poderá impedir uma nova guerra mundial fomentada pelas rivalidades entre as grandes potências.

Ironicamente, a democracia, os direitos do homem, a Revolução e o socialismo só serão uma realidade quando aqueles que hipocritamente os proclaimam, como máscara para as suas actividades agressivas, estiverem vencidos pela luta dos povos em geral e dos seus próprios povos em particular. Da mesma forma em Portugal só haverá independência nacional democracia e bem-estar para os trabalhadores com a derrota da AD, com a reabertura dos caminhos de Abril para alcançarmos uma república popular e, com a Revolução, seguirmos até ao socialismo, mas o socialismo dos operários e camponeses e de todos os trabalhadores e não os pretensos socialismos chamados democráticos, utópicos na sua essência, porque seriam construídos com a ajuda dos capitalistas, o que é um absurdo. Queremos o socialismo em que há liberdade para quem trabalha e é negada a liberdade de explorar. E só com o socialismo haverá paz, liberdade, progresso e bem-estar, como nos mostra o exemplo do único país socialista do Mundo a República Popular e Socialista da Albânia.

Risos gerais.

Só com o socialismo poderá haver não só uma Europa unida, mas um mundo unido, sem guerra, um mundo dos trabalhadores.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Anselmo Aníbal.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Uma brevíssima intervenção pareceu-nos necessária para que no debate não deixassem de ser relevadas áreas tão fundamentais como as da organização do aparelho administrativo do Estado e a do poder local. O debate tem revelado nesta área e em outras um quase total alheamento do Governo e um silêncio significativo. O Governo tem salientado e reiterou agora, pela intervenção do Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, que a sua linha de acção nos próximos dois meses decorre apenas de uma versão «revista e actualizada» de um programa defunto, que tinha um prazo temporal de duração bem definido. Entretanto é sabido que a linha de actuação do Governo nestes dez meses e a orientação global dos departamentos do Estado foi feita — ou continuou a ser feita — ao sabor das necessidades de uma gestão eleccionalmente dirigida nos termos de servir a coligação eleitoral da AD, isto é, dito por outra forma, uma gestão globalmente repentina, irracionalmente imediata, claramenteposta ao serviço dos interesses eleitorais em jogo.

Apenas sublinhamos quatro aspectos relevantes na área da organização do aparelho administrativo do Estado.

Em primeiro lugar, teremos de salientar a quem vem aqui solicitar confiança, que confiança pode merecer a continuidade de acção de um Governo que posto, por exemplo, perante a Lei n.º 1/79, das Finanças Locais, estipula por despacho ministerial uma interpretação restritiva da letra da lei, subtraindo-se às autarquias 25 milhões de contos, verbas generalizadamente aplicáveis em investimentos de equipamento — de passagem lembremos que Lisboa, sede desta Assembleia, cidade carenteada, em várias áreas da sua vida, por forma dramática, viu-se subtraída em 2 milhões de contos pelas aplicações restritivas de 1979 e de 1980, dos Governos da AD, de Mota Pinto e Sá Carneiro.

Que confiança, em segundo lugar, pode merecer um Governo que posto perante o desenvolvimento do associativismo municipal legista a criação de um Conselho Nacional de Municípios, uma medida administrativa carecida de ilegalidade, de conteúdo profundamente centralizador, digna do «centralismo» que se viveu durante o fascismo.

Que confiança pode merecer um Governo que é expressão das mesmas formações parlamentares que bloquearam a aprovação final da importante lei de delimitação das responsabilidades de investimento, na qual os poderes das autarquias eram consideravelmente alargados e claramente definidos em relação à Administração Central? O anúncio de nova proposta de lei nesta área gera perplexidade, atenta a história, nesta Assembleia, deste projecto de lei, exigido como mais um passo fundamental para a consolidação do poder local consagrado na Constituição.

Finalmente, poderemos e deveremos salientar de novo, que confiança pode merecer um Governo que à nível da Administração Pública te vindo a proceder, por forma irregular e sem critérios inequivocáveis, a todo um conjunto de alterações funcionais, organizacionais e na composição de quadros de órgãos dessa Administração Central sem ter conseguido promover a institucionalização de princípios de orientação dessa Administração Pública. Sabido como é que alguns dos Ministros deste Governo revelam — e revelaram, em outras situações — carinho por «reformas administrativas», perguntamos — e creio bem que não estamos sozinhos — se tal pendor reformizante da Administração Pública não se encaminha fundamentalmente para a omissão ou displicência legislativa, para o saneamento sectarista, para a defesa dos interesses particulares, para entendimentos permissivos dos usos e abusos do poder que temos denunciado. A um Governo assim que vem pedir confiança, só podemos dar a desconfiança.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É altura de interrompermos os nossos trabalhos para os recomeçar às 15 horas.

Está suspensa a sessão.

Eram 12 horas e 55 minutos.

No recomeço da sessão reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, de acordo com a informação que ontem prestei à Assembleia penso que poderíamos votar de seguida o orçamento suplementar da Assembleia que já foi distribuído a todas VV. Ex.ºs.

Se ninguém se opõem, vamos votar.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, peço, a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, pedia apenas à Mesa que me informasse se há quórum para podermos proceder à votação.

O Sr. Presidente: — Vamos então proceder à contagem, Sr. Deputado.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, foi muito oportuna a sua interpelação. Devo dizer-lhe que neste momento estamos sem quórum para tomarmos deliberações, pois não há 126 Srs. Deputados na Sala. Temos quórum para continuarmos a trabalhar no período da ordem do dia, mas já não temos quórum para tomarmos deliberações.

Srs. Deputados, devo dizer-lhes que o Sr. Deputado Mário Tomé, dada a circunstância de dispor apenas de dois minutos, prescindiu desse tempo e fará apenas a declaração de voto depois da votação da moção de confiança.

Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No final do debate desta moção de confiança, fica-nos claro que o processo político de que o Governo se serviu foi uma solução de expediente para se furar às suas obrigações constitucionais.

A intervenção do Sr. Primeiro-Ministro não parece ter sido suficiente para demonstrar que «este pedido dirigido ao Parlamento se encontra alicerçado em fortes razões morais e políticas». Pelo contrário, das bancadas da oposição caiu repetidamente a opinião de que esta moção de confiança seria como que um *alibi*, para usar uma expressão que aqui foi utilizada.

Nem as intervenções dos Deputados da maioria AD, ora desenvolvendo princípios programáticos que ao Governo competiria, ora lamentando-se humoristicamente com a falta de alternativas da oposição, ora ainda transformando este hemiciclo em recinto de comício do seu candidato às presidenciais, contribuiram para precisar e esclarecer os argumentos com que o Sr. Primeiro-Ministro procurara justificar a moção de confiança.

O Governo, esse, manteve-se majestaticamente quase afastado do debate.

E bem certo que o Sr. Ministro da Defesa saltou à barricada. Mas as armas de sofisma que utilizou, longe de nos convencerem da justeza de princípios

do Governo ou da bondade das suas intenções, mais perto nos deixaram do convencimento de que questões de ética política, de cumprimento das normas constitucionais e de contesia nas relações entre os órgãos de soberania são para o Governo coisas de somenos importância.

Intervém também o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, mas, para além da única intervenção departamental que aqui se ouviu — Negócios Estrangeiros —, só se distinguiu da intervenção inicial do Primeiro-Ministro no maior detalhe com que abordou ideias gerais já expendidas por aquele.

De tudo, surge evidente que o Governo teme apresentar agora, antes das eleições presidenciais, o seu verdadeiro programa para os próximos quatro anos.

O Governo prefere continuar a rodear os seus actos de falta de clareza, de falta de transparência democrática, procurando camuflar aos olhos dos Portugueses os seus verdadeiros projectos e as suas reais intenções.

No essencial o projecto da AD traduz-se pela recondução da livre iniciativa privada, regulada apenas pelas regras de mercado, o factor determinante da vida económica; pelo estabelecimento de normas de domesticação dos trabalhadores; pela tentativa de formação de uma consciência social que absorva como seus os valores ideológicos que o poder perfila, através da governamentalização da cultura, da educação e dos meios de informação.

Tudo isto integrado no projecto enquadrador de «caminhada para a Europa», de uma caminhada a passo marcado por concepções retrógradas, que tem como verdadeiro objectivo ser um factor de apoio ao Governo para na ordem interna provocar as transformações económicas, sociais, culturais e legislativas a que o seu projecto obriga.

Um tal projecto pode ser vazado para o Programa do Governo de Janeiro passado, pois que, com eventual perda de coerência, mas sem contradições insanáveis, foi possível o refúgio sobre medidas de muito curto prazo, que transitoriamente permitiram não fazer recair ainda sobre largas faixas sociais os verdadeiros custos do projecto político, económico e social da AD.

O que conduziu, como várias vezes referimos no final da legislatura anterior, a que o VI Governo se transformasse num «imenso aparelho técnico eleitoral da AD».

Disse o Sr. Primeiro-Ministro em Janeiro passado que o seu Governo recusaria seguir os caminhos fáceis mas fraudulentos da demagogia e que não contribuiria para que o País vivesse os meses do seu mandato num clima de campanha eleitoral.

Da afirmação ao comportamento concreto, da intenção anunciada aos actos, vai a exacta distância que pode ser tomada como bitola de avaliação da «honorabilidade democrática», por duas vezes referida em intervenções governamentais neste debate.

O voto de confiança vai ser concedido pela parte maior desta Câmara.

O MDP/CDE pensa que tal voto se equivalerá em valor político, moral e até eleitoral a um abaxo-assinado de apoio ao Governo subscrito pelos Srs. Deputados da AD.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O observador desprevenido que escutasse um pouco distraidamente as intervenções da maioria, poderia ser tentado a supor terem sido as bancadas das oposições a apresentar uma moção de confiança, cujo conteúdo, alcance e oportunidade lhes cumpria precisar.

Dir-se-ia mesmo que existiria, como praxe ao menos, a obrigação de as oposições, sempre acusadas de não avançarem alternativas, também desta vez serem forçadas a apresentar e a justificar a «sua» própria moção.

A realidade é outra e bem diferente.

Foi o Governo que entendeu apresentar à Assembleia da República uma moção de confiança. A ele e só a ele compete justificar a sua apresentação e conferir-lhe conteúdo.

Dispõe o Governo de uma maioria que o apoia. A essa maioria e só a ela compete demonstrar que a sua atitude não é uma paixão romântica e adolescente, um suspirar enternecido, nem um dogma de fé ou, mais prosaicamente, um contrato regulador de mútuos interesses.

Foram o Governo e a sua maioria que fizeram este debate. Não têm de queixar-se a não ser de si próprios, se ele foi vazio, frágil e morno.

Pela nossa parte, bem ao contrário, consideramos este debate revelador. Procurou mascarar-se aquilo que se devia revelar. Mas a máscara caiu, esmagada pelo seu próprio conteúdo.

De tanto se procurar explicar o porquê desta moção foram as falsas verdades, que escamoteiam e deformam, que ficaram explicadas. É que quem corre deveras não precisa de repetir de manhã à noite que está a correr. E quem só fabrica incenso para uso próprio, não resiste ao primeiro sopro que lho dissipa.

O Sr. Primeiro-Ministro veio pedir uma moção de confiança para um Governo em que ele próprio já não deposita confiança inteira.

Por isso, o vai remodelar.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem! Bem apanhada!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro veio pedir uma moção de confiança para um Governo cuja duração está condicionada ainda por um outro conjunto de factores.

Em primeiro lugar, porque um pacto de partilha de poder (que, certamente e apenas para demonstrar a bondade de certas coerências e autoridades morais, se mantém secreto) não limita apenas o que devia ser o voto livre dos Deputados mas parece tratar, também, da remodelação ministerial.

Segundo, porque, conforme nos informou, este Governo se demitirá perante o Presidente da República.

Terceiro, porquanto alguns dos seus principais responsáveis — e digo só alguns porque parece que o Sr. Presidente da Assembleia da República se terá precipitado na solicitude generalizante — tiveram ocasião de esclarecer o curioso entendimento de acordo com o qual a vontade do eleitorado só os

obriga-se coincidir com a sua, quanto à designação do Presidente da República.

Por tudo isto, confiança e Governo têm prazo. Ou seja, e curiosamente: o facto de a maioria conceder a confiança que lhe é pedida, nada de importante significa. A remodelação far-se-á em devido tempo. E a confiança da Assembleia, como é sabido, não pode dispensar a presidencial.

Por outro lado, claro ficou que a confiança foi pedida sem a apresentação do Programa. O que torna evidente que essa confiança se alicerça na repetição do Programa anterior ou no não cumprimento do Programa que em Outubro findava o seu horizonte temporal ou na promessa de vir a fazer um programa.

No último caso, e curiosamente, tendo por certo que ajustá-lo às opções do Plano a Médio Prazo e não o contrário.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro mais não fez do que confirmar que assim é ao sugerir as figuras da «prorrogação» e da «proposta de aditamento» seródias o pressupondo mandato e também, curiosamente, esqueceu-lhe a figura da gestão de negócios.

Risos do PS, do PCP e da UEDS.

Em qualquer das hipóteses — repetição, não cumprimento ou promessa — famosa base política para justificar uma moção.

E, também em qualquer das hipóteses, tocante à confiança ...

Poderia haver quem pensasse que este debate nada acrescentava à situação inicial: o Governo obtinha a confiança da maioria que o apoia. Tudo acabava, como tinha começado.

O nosso entendimento é que assim não é.

Pelos termos em que a questão foi posta, o que o Governo obterá não é propriamente a confiança da sua maioria. É uma rendição incondicional. A certeza de que fará tudo o que lhe pedir. A acta de uma sujeição. Já não é uma maioria mas um eco.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Só a maioria que apoia o Governo poderá votar a moção nestes termos concebida e apresentada.

Não tenho dúvidas de que o fará.

Mas o sentido maior deste debate é salientar como isso nos empobrece a todos. Quando a maioria apoiante é forçada — por mais que procure colorir-se de uma certa arrogância — a passar o «cheque em branco» que é o «sim, porque sim», alguns, pelo menos, terão de interrogar-se sobre a sua abdicação.

Alguns terão de preocupar-se, sabendo que sem crítica, o arbitrário e a irresponsabilidade, «o descaso e o descaro» podem instalar-se. Alguns saberão que sem crítica é a querela como disfarce; a mediocridade que cresce; a demissão promovida.

Dizer não é que é afirmar-se. Por isso não votaremos esta moção de confiança.

Aplausos do PS, da UEDS e da Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura (MDP/CDE).

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Bastante

se falou até agora sobre a oportunidade, o sentido, a conveniência da moção de confiança trazida pelo Governo à Assembleia.

Não é meu propósito entrar nesse debate, porque, pese embora a pertinência dos argumentos aduzidos pelas bancadas da oposição, há neste debate muito de formal e secundário, face à questão essencial que nos foi colocada. Questão que é a de saber-se se o Governo merece a nossa confiança, bem mais do que saber-se se o Governo deveria, ou não, ter trilhado outra via para ver confirmada a sua legitimidade perante esta Assembleia.

E, se a nossa atitude é de oposição porque essa oposição se alicerça num projecto que radicalmente se diferencia do projecto da maioria parlamentar, sobeja-nos a afirmação de que o Governo se propõe continuar o Programa aprovado em Janeiro de 1980, para que, desde logo, lhe recusemos a nossa confiança.

Ao fazê-lo, mais não estamos, aliás, do que a respeitar a regra que ditará a nossa conduta na Assembleia da República.

Seremos a oposição ao Governo e à sua maioria, oposição frontal e sem reservas porque opositos são os nossos projectos políticos, os nossos modelos de sociedade, as nossas concepções do interesse nacional, os nossos empenhamentos na defesa dos trabalhadores e das classes mais desfavorecidas da população.

Mas não buscaremos ser oposição nas questões semânticas nem nas querelas formais, porque o que nos separa do Governo e da maioria parlamentar são opções de fundo, não são interpretações quantitativamente diferentes de políticas que, porventura, qualitativamente se não distinguem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para decidirmos do nosso voto, basta-nos e sobeja-nos, disse-o já, a afirmação de que o Governo se propõe prosseguir o seu Programa. E basta-nos e sobra-nos tanto mais quanto esse Programa pode e deve ser relido à luz do que foram quase doze meses de actividade governamental.

Actividade cuja análise não cabe no espaço, forçosamente limitado, da minha intervenção, mas que meia dúzia de exemplos, recolhidos da larga cópia que aqui poderia ser trazida, chegam para ilustrar.

No domínio da economia, a par de uma política conjuntural de contenção administrativa da inflação, de que em breve pagaremos a factura, a ofensiva contra o ordenamento económico consagrado na Constituição, evidenciada na tentativa de modificação dos limites dos sectores público e privado, primeiro passo para o regresso ao modelo liberal conservador, aqui evocado pelo deputado Vitor Constâncio, primeiro passo para o refazer dos grandes grupos económicos, para a submissão do poder político ao poder económico; no domínio social, o paulatino abortar do Serviço Nacional de Saúde a par dos aumentos e pensões de reformas que cuidadosamente sincronizados com o acto eleitoral ficarão como a versão moderna do velho estratagema do «bacalhau a pataco»; no domínio cultural, a progressiva instauração de um secretariado da propaganda e da formação ideológica, substituindo-se à Secretaria de Estado da Cultura na melhor das tradições totalitárias; no domínio da comunicação social, a instauração da censura e dos saneamentos que vão atingindo todos, mesmo aqueles que ideologicamente se identificam com a maioria parlamentar, mas que não atingindo todos aqueles, cuja dignidade

profissional lhes não consente aceitar ser os escribas docéis ao serviço da máquina de propaganda do Governo; ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... no domínio laboral o propósito confirmado de reduzir a escassa protecção de que ainda vão gozando os trabalhadores, de alterar a Lei da Greve, de liberalizar os despedimentos e, a partir deste propósito, um outro menos confessado, mas que vem sendo levado à prática, de divisão de trabalhadores através do alargamento dos leques salariais e dos aumentos diferenciados por categorias e sectores; em todos os casos, uma política que tende a introduzir nas empresas o nepotismo e a prepotência, o medo e a submissão; em todos os casos, uma política que procura retirar aos trabalhadores não apenas, nem talvez sobretudo, as vantagens materiais alcançadas com o 25 de Abril, mas algo mais importante, a dignidade que o 25 de Abril lhes trouxe; no domínio da política externa, o submisso alinhamento aos Estados Unidos aqui referido pelo meu camarada César de Oliveira, as portas abertas à instalação de bases nucleares do nosso país, o desenterrar de uma linguagem belicista, que de tão destituída do senso das proporções talvez valha aos governantes portugueses o privilégio de serem apontados não como os novos «falcões», mas colocados na categoria original dos «galos da Índia».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaríamos de poder comungar do optimismo do Sr. Primeiro-Ministro quando afirma que a «democracia continua em Portugal a dar passos firmes e irreversíveis».

Mas bem diversa é a nossa leitura.

E bem diversa não apenas porque para nós a democracia se não esgota no formalismo das instituições nem no respeito aparente por essas instituições; não apenas porque para nós quando um punhado de privilegiados detém o poder económico e através dele todos os outros poderes (e nesse caminho nos leva o Governo) a democracia política não passa de uma ficção, em que sob máscaras, mais ou menos liberais, se exerce uma real ditadura de classe; mas porque, para além de tudo isso, o próprio respeito pelos mais elementares princípios da democracia é hoje posto em causa.

Quando se procura, como hoje, calar as vozes discordantes, não pela mordaça da censura clássica — é verdade —, mas mais insidiosamente pela manipulação e corrupção dos órgãos de informação, não se está a avançar de forma irreversível no caminho da democracia. E outros exemplos poderia aqui dar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aqueles que se batiram pe'a liberdade — e não me refiro aos recrutas de última hora, mas aos que a esse combate se entregaram nos dias da dúvida, do sacrifício, do perigo —, esses, assumiram um compromisso que está por saldar: a consolidação da democracia, a eliminação das injustiças sociais.

É por fidelidade a esse compromisso que somos oposição, é por fidelidade a esse compromisso que vos reconsagramos, Srs. Membros do Governo, a nossa confiança.

Aplausos da UEDS, do PS e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O que primeiramente nos surpreendeu, da atitude das oposições neste debate, foi o facto de terem, em grande medida, fugido a ele.

Discute-se uma moção de confiança ao Governo, e a principal preocupação das oposições é reclamar por novo Governo e novo programa. Daí deduzo que o que as oposições pretendiam, antes de tudo, era evitar que da Assembleia ressurgisse uma clara e concludente manifestação de confiança positiva neste Governo.

Não as move, no fundo, vincar a dependência do Governo perante o Parlamento, apesar de dizerem o contrário. Se assim não fosse exultariam, como nós exultamos, pela presente iniciativa governamental da voluntária submissão à prova parlamentar. Insinuam serem mais parlamentaristas do que nós, mas não ficam satisfeitas com ela. O seu principal objectivo aqui era o de verem o Governo, submisso, a exonerar-se em Belém, mesmo depois de a maioria que o apoia ter obtido estrondosa vitória e ganho nas eleições legislativas. E são elas próprias as mesmas que respeitam tanto os poderes e as prerrogativas do Parlamento que antes das eleições, contra a indicação clara da Assembleia de que mantinha a confiança no Executivo, pressionavam o Presidente da República para o demitir.

É óbvio, esta poeira deitada aos olhos dos mais incautos não era ofuscar a realidade simples. Isto é, o povo português saberá dentro de momentos que a Assembleia que elegeu reitera, por flagrante maioria, a sua confiança no Governo que, sendo já anteriormente legítimo, passa a poder ostentar um mandato expresso, explícito e indiscutível.

É curioso como a veia escolástica e exegética das oposições se manifestou de forma tão exuberante na procura de pretextos formais e no cozinhado de linhas e entrelinhas da Constituição para assim tentar desvalorizar a moção de confiança.

Sustentaram uns que o Governo deveria ter-se exonerado, com o início da nova legislatura; chegaram outros a opinar que, não o tendo feito, seria este um Governo «de facto», ou seja, ilegítimo; outros ainda, mais subtis, distinguiram: o Governo não tinha de se exonerar, mas sim de apresentar um novo programa, e, com isso, receber nova investidura; os mais palacianos aludiram mesmo às regras de cortesia, que o Governo, pouco versado em punhos de renda, havia violado.

É estranho, porém, que, apesar disso tudo, se não tenham congratulado com esta iniciativa governamental de se submeter ao veredito da Câmara, e que nem isso tenha merecido uma palavra de louvor. Ou será que não estamos a questionar o Governo aqui? Ou será que as oposições se lançam neste debate, não para sustentarem e exercerem as prerrogativas do Parlamento mas sim para agirem por mandato (mesmo não representativo) do Sr. General Ramalho Eanes e assumirem a incumbência de darem o chã ao Governo por não lhe ter prestado vassalagem, quando ele, Presidente da República evitou fazê-lo pessoalmente? Serão estas oposições o *alter ego* do Sr. General Ramalho Eanes?

Mas as teses constitucionalistas são curiosas.

Os principais argumentos não se socorrem de quaisquer preceitos da Constituição e com rara originalidade jurídica baseiam-se, sim, na abertura de falsas lacunas no texto constitucional. Fala-se até em recurso à analogia.

Por estranho que pareça, os argumentos à ilegitimidade do Governo culpam disso o próprio Governo. Contudo, manifestamente esquecem a realidade indubitável de que este Executivo é legítimo porque foi nomeado e empossado pelo Presidente da República. Esquecem que este Executivo não foi demitido pelo Presidente da República e não sofreu qualquer desaire parlamentar determinante da sua queda. E, sobretudo, omitem, se alguém tivesse responsabilidade na manutenção dessa pertença ilegitimidade, esse alguém, o culpado a quem deveriam erguer os clamores, seria o Presidente da República, que, nesse pressuposto, não teria a faculdade mas sim o dever de demitir o Governo, para assim fazer cumprir o hipotético imperativo da Constituição.

Acusa-se o Executivo de não ter apresentado um novo programa, formalidade que seria essencial para assegurar a regular continuação das suas funções. Mas como e porquê, se o Executivo é o mesmíssimo e o seu Programa foi já há muito aprovado pela Assembleia da República, como manda a Constituição?

Não, Srs. Deputados, os labirintos constitucionais em que as oposições se enredam não são mero exercício — aliás brilhante — do saber e do génio jurídico de quem os exibe. O que importa, por detrás das palavras e do formalismo para o qual estas oposições evidenciaram invulgar apetência e aptidão, o que importa é a substância jurídico-política que subjaz a toda esta situação.

E essa substância traduz-se em cinco claríssimas conclusões, que importa extrair.

Primeiro, que a maioria, agora reforçada pela vontade recentemente expressa pelo povo português, e no prosseguimento dessa vontade, reafirma o que não faltou ao Governo um só momento desde o princípio do ano — a confiança do Parlamento.

Segundo, que uma vitória eleitoral não pode traduzir-se por signos de derrota e que o povo eleitor decerto não compreenderia como o reforço da maioria que apoava o Governo começasse por implicar a exoneração deste.

Terceiro, que apesar de restar a este Executivo concreto, por sua própria vontade declarada, um curto horizonte, os partidos que o apoiam confiam que saberá prosseguir correctamente na execução do projecto da Aliança Democrática e do Programa do Governo, sem antecipar opções precipitadas que transcedam esse horizonte.

Quarto, que as oposições esperavam com as vicissitudes, que pretendiam na transição do Executivo, enfraquecer as hostes da Aliança Democrática e atingir a sua imagem serenamente triunfante, em vésperas das eleições presidenciais, a fim de melhor apalparem as veredas do verdadeiro candidato delas oposições — o general Ramalho Eanes.

Quinto, que este Governo da AD se manterá até Janeiro, e sai vitorioso desta prova, ainda que isso represente, como representa, a segunda pré-derrota,

em pouco tempo, do mais directo adversário da candidatura do general Soares Carneiro.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dias Lourenço.

O Sr. Dias Lourenço (PCP): — Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Chegamos ao fim deste estranho debate e a interrogação com que iniciámos a primeira intervenção subsiste: Porquê, para quê, esta, assim chamada, «moção de confiança»?

Somos irresistivelmente levados a evocar o dia 27 de Junho deste ano, quando, furtando-se à discussão e votação de moções que punham em causa a política, a existência e a legitimidade do Governo, a maioria AD esteve prestes a transformar-se em minoria.

Considerando este absurdo debate, que vai chegando ao fim, podemos concluir, com inteira razão, que a este Governo Sá Carneiro e a essa maioria AD só interessa submeter ao Parlamento moções dessa ordem quando são da sua iniciativa e quando tem a certeza de vencer.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como índice de apregoado democracia, é significativo.

Esta chamada «moção de confiança» insere-se, iniludivelmente, na guerrilha institucional que tem caracterizado desde o inicio o Governo Sá Carneiro, a sua maioria parlamentar, a sua máquina de propaganda oficial e oficiosa.

Enquadra-se também, de forma iniludível, nos objectivos eleitorais da configuração governamental, empenhada agora em fazer eleger o seu desprestigiado candidato à Presidência da República, general Soares Carneiro.

Esta moção de autoconfiança é uma autêntica pirueta parlamentar para fugir à explicação do inexplicável, para justificá-la injustificável, para ludir o povo português acerca dos verdadeiros objectivos da AD e do seu Governo.

A peça verbalista do Primeiro-Ministro na abertura dos debates está cheia de afirmações que os factos desmentem.

Não basta dizer que se atingiu em 1980 «um patamar de estabilidade governativa pleno de virtualidades democráticas e potencialidades construtivas»

As provas, a prática do dia a dia, desmentem-no categoricamente. Durante o ano de 1980, e de vigência do Governo AD, assistimos à introdução crescente de métodos antidemocráticos, de factores de instabilidade de toda a ordem, de decisões arbitrárias e anti-constitucionais, de surtos de violência da parte do Executivo, de iniciativas que conduzem directa ou indirectamente à destruição do regime democrático.

A guerrilha institucional do Governo Sá Carneiro, da maioria parlamentar da AD e da sua propaganda oficial e oficiosa, movida contra os órgãos de soberania, Presidente da República e Conselho da Revolução, constitui um perigoso factor de desestabilização política e militar — esta de manipulação antidemocrática das forças armadas — e de confrontação

generalizada que ameaça os próprios fundamentos da democracia e da paz cívica entre os portugueses.

O Governo furtou-se, por detrás desta manobra de diversão da moção de autoconfiança, a trazer a essa Assembleia, a submeter ao veredito parlamentar o programa governativo, como a Constituição da República prescreve sempre que um Governo se apresenta ao Parlamento após eleições legislativas.

Mas o Primeiro-Ministro e o seu imediato inferior hierárquico, o Vice-Primeiro-Ministro e outros dirigentes políticos da AD, e até mesmo o seu candidato à Presidência da República, têm sido pródigos, mesmo durante este debate parlamentar e à margem dele, em afirmações que preludiam uma intensificação da guerrilha institucional, desde já e após as eleições presidenciais, se o seu candidato for derrotado.

Perante a eventualidade quase certa de derrota do seu candidato presidencial, o Primeiro-Ministro Sá Carneiro, o Vice-Primeiro-Ministro Freitas do Amaral, e outros, com a colaboração do desprestigiado candidato dos partidos da AD à Presidência da República, levam a cabo uma inqualificável chantagem visando intimidar e induzir em erro o povo português.

As duas primeiras figuras do Governo, Sá Carneiro e Freitas do Amaral, têm reafirmado que não serão Governo se for eleito o candidato general Ramalho Eanes.

«A eleição de Ramalho Eanes — diz Freitas do Amaral — será um verdadeiro cataclismo nacional», haveria uma situação de crise em todo o país e no seio dos três principais partidos «em que inclui os dois maiores da AD». «Não há democracia, não há AD se Ramalho Eanes ganhar» — diz Sá Carneiro.

O presidente nominal da Comissão Política do PSD, Carlos Macedo, disse também que a AD se fracturaria se o general Ramalho Eanes viesse a ganhar as próximas eleições, e por sua vez o Sr. Barbosa de Melo, da comissão de candidatura do general Soares Carneiro, afirmando pela mesma clave, afirmou: «A eleição de Ramalho Eanes seria o fim da democracia, atingiria a coesão da AD.»

Ficamos naturalmente a saber, pela boca responsável destas destacadas personalidades da coligação governamental, que a consistência e a coesão da AD não é lá muito forte, que deixe muito a desejar e enche de preocupações aqueles que ambiciosamente se propõem monopolizar o poder político em Portugal.

Vê-se que há uma «sintonia» dos chefes da AD, no Governo e fora dele, nesta repugnante chantagem contra a democracia e o povo português na tentativa de manipulação do eleitorado.

Quanto a «virtualidades democráticas» referidas pelo PM, não é preciso muita agudeza de vistas para constatar, na prática, o atropelo diário da legalidade democrática pelo Governo e os seus agentes, as infrações frequentes à Constituição, a crescente instauração de um clima repressivo que estrangula, na prática, o exercício das liberdades que o nosso povo tão arduamente conquistou.

A manipulação e partidarização vergonhosas dos órgãos de comunicação social estatizados ao serviço da política do Governo e dos objectivos eleitoristas da AD são dos mais gritantes atropelos à legalidade democrática e reduz a uma caricatura o «pluralismo ideológico» e a «independência perante o Go-

verno e a administração pública» expressos na Constituição.

A «caça às bruxas» na RTP e na RDP, contra profissionais competentes, que apenas querem imprimir seriedade ao seu trabalho, e ainda contra os que não perfilhem o ideário político da AD ou não o praticam com a necessária diligência, são pura e simplesmente postos na prateleira ou na rua.

O Grupo Parlamentar do PCP, certo de interpretar a indignação pela política discricionária e atentatória dos direitos e da dignidade dos profissionais da informação, certo de reflectir o protesto sentido da imensa maioria dos Portugueses contra a violação sistemática do pluralismo democrático nos órgãos de comunicação social estatizados, requereu nesta Assembleia a realização de um inquérito à política governamental.

Desafiamos a maioria da AD a votar o requerimento do PCP e a promover as condições de isenção para que o inquérito forneça à Assembleia da República e ao povo português a verdade política da comunicação social do Governo nos órgãos estatizados.

A Sr.º Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, como pode o Primeiro-Ministro falar em «patamar de estabilidades» no seu consulado de 1980, quando o povo português, os trabalhadores de uma forma particular, sentiram na carne e no agravamento geral das suas condições de vida a política de desestabilização económica e social deste Governo AD?

O flagelo do desemprego não pode ser iludido com o pagamento demagógico de subsídios aos sem trabalho quatro dias antes dos actos eleitorais; o direito ao trabalho não pode ser garantido com o cutelo da generalização infernal dos contratos a prazo e com o aval do Governo nos despedimentos em massa, como na Standard Eléctrica e noutras empresas multinacionais; a melhoria das condições de vida é incompatível com os novos pacotes de aumentos de preços em perspectiva, como preludiam os anunciados aumentos dos combustíveis, dos transportes, dos adubos e outros.

O Primeiro-Ministro promete um ritmo de expansão da riqueza nacional de 4 % ao ano. Como?

Integrando Portugal no vespeiro de crise da CEE, onde a produção baixa depois de notória estagnação, onde o contingente de desempregadas atinge cifras jamais atingidas, onde parceiros altamente industrializados, como a Inglaterra, se preparam para uma saída da concentração multinacional da CEE?

Onde estão no choco projectos tendentes a transformar Portugal numa aldeia dos países desenvolvidos como fornecedor de matérias-primas florestais como está implícito, por exemplo, no projecto de instalação de uma grande empresa de celulose na ubírrima campina ribatejana e que constitui uma ameaça das mais graves de poluição da nossa mais importante via fluvial, o Tejo?

Como se pode falar em aumentar a riqueza em termos reais quando através da destruição brutal da Reforma Agrária, activamente empreendida pelo Governo actual, quando através de um verdadeiro crime social se está comprometendo gravemente a nossa capacidade de produção agrícola?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É uma irrisão ouvir da boca do Primeiro-Ministro a exaltação das «virtualidades democráticas» do Governo AD.

Tudo aponta para o estrangulamento das liberdades, para o cerceamento e depois a própria ilegalização dos partidos democráticos, em particular do PCP.

O candidato presidencial da AD fala mesmo na coisa «inadmissível de forças políticas de tendências totalitárias deterem — graças à complacência dos poderes constitutuídos — uma influência desproporcionalada do seu peso eleitoral».

Parece que o milhão de portugueses que votou na APU é um peso eleitoral negligenciável.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Enfiaram a carapuça!

O Orador:—Ontem mesmo ouvimos palavras esclarecedoras de uma intenção liberticida do candidato da AD.

Significará que o Governo actual e a sua maioria parlamentar alberga o projecto sinistro de implantar em Portugal, como em certos países ditos democráticos, as «interdições profissionais» de quem não alinha com o ideário da direita da AD?

Esta chamada «moção de confiança», Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo só poderia ter obviamente da parte do PCP um voto — o da recusa ao pedido do Governo. É isso que faremos.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A questão constitucional deste debate não existe e eu não gosto de gastar a minha aptidão profissional com devaneios. Note-se é que mais uma vez a oposição está a ser mais papista do que o Papa. Todos reconhecem, de facto, que o Governo não era obrigado a demitir-se neste caso e que também não foi demitido por quem de direito.

O único órgão a quem competia sancionar os deveres constitucionais em causa não agiu. Em suma: o Governo não se demitiu pelas mesmas razões, aliás, por que não foi demitido — aliás, num inesperado momento de convergência institucional de que só a oposição, pelos vistos, não partilha.

O que é sintomático assinalar é que a Constituição continua a ser o único objectivo, o único motivo de unidade e o último horizonte de certos partidos da oposição. Servem-se dela como alguns advogados se servem dos argumentos processuais para embargar ou, pior que isso, para empecilhar as boas causas. De uma maneira tão obsessiva que, desta vez, depois de abandonados pelos eleitores, os partidos da oposição se viram também abandonados pelos órgãos de garantia constitucional que costumam estar assiduamente ao seu lado. Mais do que nunca, pois, pareceu que a oposição considerava a Constituição sua e só sua, sendo embora certo que, enquanto a Constituição for socialista, os partidos com o mesmo apelido se podem considerar aqui dentro como uma espécie

de Câmara dos Lordes dentro da Câmara dos Comuns.

Risos do CDS, do PSD e do PPM.

No mesmo sentido em que se fala de guerra fria, dir-se-ia que a oposição tem utilizado esta Constituição como instrumento de revolução fria, expressão que, na sua ambivalência, traduz bem o esgotamento da dinâmica fundamental que nesse documento foi vazada, numa última tentativa de sobrevivência ou imortalidade por congelamento. Nas revoluções frias, o chamado «poder operário» acaba nas mãos dos militares, como na União Soviética ou nas mãos dos constitucionalistas, como em Portugal, depois, aliás, de ter sido, em toda a parte, uma mera criação das cabeças dos intelectuais. Mesmo que nas mãos dos constitucionalistas de direita, porque o positivismo de direita é sempre o melhor aliado da ideologia de esquerda! Enquanto os operários esperam, sim, pela sua verdadeira liberdade, que impõe, como todas as outras, mais independência, mais liberdade, mais educação e mais poder próprio, que não seja mera extensão de centrais políticas que administram o poder dos outros por avença nominal.

Deixemos, pois, os constitucionalistas entretidos com os seus frios objectivos. Este Governo é mais futuro do que esta Constituição, e é do Governo e do futuro que devemos falar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Espero justamente, em primeiro lugar, que os próximos quatro anos venham a ser anos de consenso constitucional, sem lordes, nem comuns! Há questões em que a afinação colectiva deve ser semelhante àquela com que se cantava ainda recentemente o Hino Nacional num estádio de futebol, no jogo Portugal-Irlanda.

É um consenso que se deve transcrever sobretudo em termos de revisão constitucional se, em relação a esta, se puder partir dos seguintes princípios: primeiro, que a revisão se deve fazer só na Assembleia da República; segundo, que a revisão seja alheia a todo o restante contencioso político, eventual querela institucional, ou tentativa de qualquer antiga ou nova tutoria ou contrôle; terceiro, que a revisão respeite, embora numa interpretação lata e objectiva, e não restrita e subjectiva, a Constituição actual; quarto, que a revisão se faça em clima de boa fé reciproca, sem que possa considerar haver alguém colocado na posição de líder ou vanguarda da revisão, a não ser se considerados todos os partidos democráticos no seu conjunto em tal posição; quinto, que a revisão tenha por objectivo emendar ou corrigir as entorses, os dogmatismos, os irrealismos e os unilateralismos da Constituição actual, convertendo-a, e não subvertendo-a, embora tendo em conta a dinâmica do «desenvolvimento pacífico do processo» a que alude o próprio artigo 10.º da Constituição actual.

As esperanças da nossa parte são grandes. Em primeiro lugar, porque não há entre os projectos até hoje apresentados diferenças abissais; em segundo lugar, as linhas de força da sociedade portuguesa podem-se considerar já determinadas no essencial; em terceiro lugar, porque o consenso é real e não está feito apenas à volta do Hino Nacional num jogo de futebol. O PCP andou a clamar por sucessivos

fascismos e guerras civis, mas eram apenas histórias para adormecer, como se pode constatar. Está à vista o que já mudou e o que está a mudar, e a mera exploração da mudança pareceria suficiente para quem pensa que ao direito compete a descoberta das normas, sim, mas não a sua invenção pura e simples. Tem-se podido até agora avançar não por KO, mas por sucessivas vitórias aos pontos, ou, se se preferir, «aos votos», sendo certo, aliás, que temos agora mais tempo diante de nós. A oposição portuguesa teve, aliás, ocasião de verificar que a «transição para o socialismo» era um fardo demasiado grande para os seus ombros e que ela própria não tem sido menos vítima desta Constituição do que o País todo. Os sacerdotes também pagam sempre a descrença nas religiões, sobretudo se laicas. Talvez, até, ter metido o socialismo na gaveta da Constituição o tenha, afinal — ao socialismo —, cingido, mascarado e domesticado demasiado, fazendo-lhe perder imaginação, força reivindicativa e sentido actualizador. Não é porventura por acaso que, pondo-se obsessivamente do lado da Constituição escrita, a oposição deixou à AD a interpretação da revolução social, o sentimento do impulso popular e a procura dos horizontes por abrir, num país que, ao abrir-se no 25 de Abril, era de imaginar que não fosse para se fechar logo a seguir.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Nós sabemos que as revoluções não se fazem duas vezes, mas é preciso também que do lado da oposição se saiba que uma revolução democrática nunca acabou. As liberdades são, sobretudo, o fim dos medos e dos gelos. Invocar o fascismo não pega, e às vezes receia-se que seja a oposição a ter de o provocar para demonstrar a verosimilhança da sua argumentação.

Os votos, quais glutões de um processo de higiene democrática, têm-se encarregado de dissolver os restos não democáraticos, os papões provocados para sombra das instituições e o entulho que pesa sobre a libertação colectiva de um povo, prévia de todas as outras libertações individuais e de grupo. A vigilância constitucional do Conselho da Revolução é cada vez menos vigilância popular, o socialismo é cada vez menos dinamização cultural, económica e social para o povo português. E, quanto mais o tentarem ser, mais perderão. É preciso não dar mais a ideia de que se pretendeu tutelar um povo que alguns poderão ter julgado que não se havia portado suficientemente bem durante a ditadura ...

Mas se a nossa revolução fria não é ainda a do frio cadáverico da morte, a renovação é um imperativo e o poder de revisão há-de ser generosamente interpretado como titular dessa função vital. Os dois terços não podem ser brandidos como uma chantagem, uma técnica dilatória, um instrumento de defesa da propriedade da Constituição por um ou alguns partidos. É só como garantia contra essa utilização dos dois terços que se tem invocado o referendo. O seu papel é só o de legítima defesa, pacífica e democrática, de um povo contra quem o pretende, abusivamente, limitar, dirigir, controlar ou instruir. Mais nada.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O povo é a primeira e a última instância da vontade humana em política. Aliás, dizer que o referendo é um meio de manipulação do povo português é um insulto a um povo que vem referendando diariamente a sua independência, a sua convivência e o seu destino há já oito séculos e nunca referendou nada que fosse contra ele.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Preferir a validade dos pactos político-militares à validade do referendo é uma atitude burguesa, elitista e vanguardista sobre a concepção do Poder.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Dizer que o referendo é um modo de preservação do Poder é esquecer que De Gaulle perdeu o Poder através dele. Dizer que não é democrático é ignorar que a Inglaterra, desde sempre pioneira em matéria constitucional e na evolução democrática, utiliza hoje o referendo justamente como um modo normal de proceder a alterações constitucionais. O referendo é, afinal, o escalão mais alto de um método de participação hoje crescentemente entendido mesmo nas democracias parlamentares, como é o caso, por exemplo, da Suécia e da Áustria. O argumento incrível de que o referendo só é possível quando formos uma democracia adulta que iria significar o absurdo lógico e cronológico de que a democracia directa teria vindo e viria depois da democracia representativa.

Não somos partidários do referendo como método para a revisão da Constituição, que a esta Assembleia incumbe, mas uma sua possibilidade limitada de utilização, nomeadamente sobre a questão dos limites formais, pode ter sentido contra tentativas partidárias hegemónicas de algum partido sobre a Constituição, de que só o povo é o último garante. Ao juízo sobre a utilização do referendo não deverá faltar nunca a garantia de duas maioria absolutas anteriores — a legislativa e a presidencial — e a constatação prévia de um *impasse* absoluto.

A revisão constitucional é o primeiro problema, mas não o único. A revisão das novas estruturas económicas é também decisiva.

Neste domínio, houve primeiro uma gonçalvização do corporativismo, mais tarde convertida, nominalmente, em socialismo democrático. Depois, tal socialismo converteu-se, por sua vez, através da política financeira de Vítor Constâncio, num keynesianismo contraditório e ineficiente, no quadro de uma economia que não era propriamente de mercado, quando os pressupostos de tal concepção académica estavam há muito ultrapassados e em contraste com a urgência da recolagem às economias europeias avançadas. Ao prosseguir uma política de redução do poder de compra, Vítor Constâncio anestesiava o sistema de Vasco Gonçalves, mas sem o substituir. A política económica do actual Governo pelo contrário, restabeleceu o poder de compra, a robustez da moeda, as condições de poupança e do investimento, a autoridade da disciplina económica, a contenção ou paragem no aumento das despesas públicas.

Foi de algum modo, o contragolpe económico. Mas, neste como noutras domínios, temos de sair de dialéctica golpe — contragolpe e criar condições de uma estabilidade e de um desenvolvimento económico duradouro, que, aliás, não será necessariamente monetarista, como, nas suas perspectivas schmidtianas, agora acrescentadas por motivos internos partidários, Vítor Constâncio tende a afirmar e a supor. Num país como o nosso, era necessário repor o equilíbrio, mas uma importante margem de intervenção e acção do sector público serão sempre decisivas, num país que, além do mais ao longo da História acumulou um capital de hábitos, instituições e técnicas nesse domínio.

Teremos de compensar, em termos de vontade política, condições externas desfavoráveis. Não basta a vontade política, pois! É preciso entendermo-nos sobre quais os nossos grandes objectivos nacionais, acima dos interesses de partido e até de regime. Quais são hoje os objectivos de autopreservação e de auto-expansão nacionais?

Só há uma Europa e só há uma NATO, e é tempo de se saber qual é o Serviço Nacional de Saúde dos Portugueses, porque já se sabe qual é o da oposição e qual é o da Aliança Democrática — o que serve muito aos ciosos, mas não serve de nada aos doentes.

O Sr. Ministro Cavaco Silva anunciou já que a produtividade deverá ser no futuro um grande objectivo nacional. Ele sabe que os números estão agora à frente das realidades e que é preciso pôr as realidades e as estruturas ao lado dos números. Uma tecnologia mais moderna ao serviço dos Portugueses, melhor administração dos recursos humanos e, mais do que isso, a prioridade ao homem e à educação, à cultura e ao desporto, na perspectiva necessária de um país jovem que procura, também, uma nova agilidade, são prioritários. A recente descoberta do próprio conceito de ética política e de ética democrática, embora tenha parecido, sobre muitos aspectos, vir envenenada de um contraditório oportunismo ético, é prometedora no sentido da procura de um consenso de uma crença normativa e de uma esperança à volta do único valor político absoluto, a que agora se voltou depois de tantos périgos inúteis, e que é homem. Precisamos, talvez, e parece infelizmente pretensioso dizê-lo, de sair dos intestinos do Poder puro, da mera discussão entre keynesianismo e monetarismo, em que tão envolvidos estamos nesta fase de desempate e passagem, a que eu chamaria, num paradoxo revelador, de convicções momentâneas.

Neste trajecto, a Europa como país de humanidade por excelência é essencial, sem dúvida. Estou mesmo de acordo com a Sr.^a Deputada Teresa Santa Clara Gomes, quando diz que a Europa não é só o sobre-tudo do Mercado Comum. Mas confesso também, se me desculpar, que no modo como falou da Europa mepareceu ver, às vezes, o ciúme de uma mulher a falar de outra.

Risos do CDS, do PSD e do PPM.

Ocorreu-me isso, sobretudo, quando pensei na oposta paixão enamorada com que o seu camarada de Frente, o Dr. Mário Soares, se declarava apaixonadamente à «Europa connosco». Há uma moral em causa, sem dúvida, mas também uma eficácia que permita, ao menos, que a moral não seja apenas uma

desculpa. O elogio do «bom selvagem» roussauiano pode não ser tocante, num país onde há ainda fome e frio e se corre o risco do que algum bem-pensante chamaria uma desagradável «má selvajaria».

A Igreja, o Exército e as instituições tradicionais são muito importantes em Portugal, mas o seu lugar é de fiança moral. Não podemos pretender que a economia seja a de um quartel ou a de uma ordem monacal. Além de que seria promiscuo termos apenas uma relação directa com o Mundo, mesmo que conhecendo bem o sextante e estando habituados ao trânsito do planeta. Como dizia Afonso Lopes Vieira, portugalizar é hoje europeizar. A nossa condição e identidade próprias são, de facto, sempre o objectivo, estou de acordo! Mas ambas passam sempre por um entreposto que já foi a Índia e hoje é a Europa.

Falámos de moral a par da eficácia, porque a justiça tem de ser moral, e não apenas económica. A Aliança Democrática já demonstrou, nomeadamente, que, sendo Portugal um país de pobres, toda a política tem de ser pensada para eles. A alternativa entre uma política de ricos e uma política de pobres é uma falsa alternativa para qualquer Governo sério, maioritário e interessado em manter-se no Poder em Portugal.

O problema está em saber se queremos uma política de «a todos por igual», como a do cabaz de compras e o Serviço Nacional de Saúde, que subsidiam os ricos, ou se queremos antes uma política de «a cada um segundo as suas necessidades», que só subsidia os pobres ... Daí para diante, subsidiando os pobres com o que agora se dá também aos ricos, será possível então respeitar, nos escalões superiores da sociedade, a política, inclusive, de «a todos segundo a sua capacidade». Uma terceira via é assim essencial. Só foi pena que aqueles que falavam de predominância da propriedade social tenham começado por destruir a sociedade portuguesa e que tenha sido, inclusivamente, a Aliança Democrática a aprovar um código cooperativo.

Temos de traduzir tudo isto em termos de instituições, pensando que a democracia é também uma ordem e não uma Torre de Babel e que a liberdade é também uma eficácia, e não apenas uma crítica. Estamos ainda na fase de revelar o negativo da grande película colectiva que é o 25 de Abril. O desenho torna-se, porém, cada vez mais nítido. Mas não estamos ainda satisfeitos. É preciso passar ainda de transição à constituição do Estado e da sociedade portuguesa. Não para consolidar um poder mas para consolidar um projecto. Temos a força suficiente. A confiança, essa, é clara, e esta moção será, sem dúvida, mais um elo na destruição da desconfiança dos poderes entre si e da sociedade com o Estado, por outro lado. Durante quatro anos teremos, pois, motivos para crer, esperar e construir.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha, em representação do PS.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Pensamos que a iniciativa governamental de promover o presente debate sobre a moção de

confiança apresentada pelo Sr. Primeiro-Ministro não prestigia os seus autores nem favorece a democracia.

Com efeito, como foi demonstrado por vários Deputados da oposição, e permita-se-me destacar entre tantas as intervenções irreplicáveis dos Srs. Deputados Jorge Miranda, Vítor Constâncio e Almeida Santos este foi um debate sem objectivo, manifestamente inspirado pela filosofia política do Governo, que é, como já todos puderam verificar, o cesarismo plebiscitário.

Debate sem objecto, porque não se sabe o que é que esta Câmara deverá aqui discutir. A moção de confiança versa necessariamente sobre uma actividade concreta do Governo, já desenvolvida, que a Câmara aprecia, nomeadamente à luz do Programa do Governo por ela já aprovado. Ora, esta Câmara só pode apreciar a actividade do Governo exercida após o início da sua legislatura.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Essa agora!

O Orador: — Não é do seu foro apreciar ou pronunciar-se sobre a actividade ou programa do Governo relativo à legislatura passada, já apreciados e discutidos pela Câmara que cessou as suas funções com a eleição de Outubro último. Durante a presente legislatura, o Governo nada fez, a não ser empenhar-se a fundo, através de todos os meios ao seu alcance, na campanha eleitoral do seu candidato à Presidência da República. Vamos então, para passar o tempo, apreciar a actividade do Governo desenvolvida na legislatura passada? Não cremos que essa solução seja a correcta.

O Governo não desvendou também qual o seu programa para a legislatura em curso; invocando as razões pragmáticas, o seu cesarismo disse que o faria apenas depois das eleições presidenciais. E daí resulta que o Sr. Primeiro-Ministro subordinou o cumprimento das suas indeclináveis obrigações constitucionais às conveniências propagandísticas do seu candidato à Presidência da República. O Sr. Primeiro-Ministro, aliás, como o seu candidato presidencial, durante o ano em curso, só tem prometido bombons à população. Se apresentassem o seu programa de governo, facilmente se concluiria que, depois dos bombons e dos ovos da Páscoa, o que nós deles teremos a esperar será apenas o arsénico da desilusão.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas conveniências pragmáticas e eleitoralistas desta ordem serão razão suficiente para que se não cumpram os imperativos constitucionais e as praxes democráticas?

Esta atitude incongruente e contraditória só se poderá compreender através de dois vectores da filosofia política do Governo: o cesarismo plebiscitário e o caprichismo pragmático. Para o Sr. Primeiro-Ministro, as eleições, no caso de lhe serem favoráveis, são sempre plebiscitos, que, uma vez efectuados, tornam desnecessário o diálogo e a crítica, exercidos através do exercício normal das liberdades democráticas e das praxes parlamentares. Logo após ter debilitado a sua oração de abertura, o Sr. Primeiro-Ministro retirou-se do Parlamento, para só voltar no último dia. Tal como César, o Sr. Primeiro-Ministro tinha mais que fazer. O Governo, aliás, também primou

pela ausência. Assim os Deputados quase se limitaram a falar entre si.

Quando o Sr. Primeiro-Ministro voltar a falar, já sabemos o que nos vai dizer: «Ganhei as eleições; tenho uma maioria; há estabilidade governamental; logo, posso fazer o que puder — mesmo que sejam disparates rematados». Fui eu que ganhei as eleições.»

Risos do PS.

Para a Aliança Democrática, as eleições parlamentares não são uma escolha popular que se renova periodicamente. São, sim, uma espécie de batalha campal, após a qual não há eleitos e não eleitos, mas sim vencidos e vencedores. Se a sorte lhe for desfavorável, como em 1976, exigirá a antecipação das eleições em nome do princípio da alternância democrática, mas se a sorte lhe for favorável, como agora, exigirá a perpetuação dos mesmos resultados, em homenagem ao princípio da estabilidade governativa, convertido em valor absoluto com abstracção do modo como se governa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O seu caprichismo pragmático inspira-se no velho princípio maquiavélico: «Os fins justificam os meios.» Não convém ao seu candidato presidencial que se apresente agora o Programa do Governo? Pois não se apresenta. O objectivo do Sr. Primeiro-Ministro e da Aliança Democrática não é governar, mas dominar. O Governo, aliás, não é senão um dos vários instrumentos dessa vontade de domínio, como o futuro claramente nos revelará, quer o Sr. Dr. Sá Carneiro continue ou não como Primeiro-Ministro depois das eleições presidenciais, o que nos será explicado com certeza no show televisivo de uma hora com que nos presenteará esta noite através da sua dominadíssima RTP, onde falará, note-se, não como Primeiro-Ministro, mas como Presidente do PSD ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Uma conversa em família!

O Orador: — Lembremos que uma das decisões mais espectaculares do Sr. Primeiro-Ministro, quando iniciou o exercício das suas funções, foi asseverar que não acumularia o seu cargo de chefe do Governo com o de chefe de estado-maior-general das suas forças partidárias, ou seja, do presidente do PSD.

Mas vem a campanha presidencial e logo o Sr. Primeiro-Ministro dá o dito por não dito e lá vai hoje à TV arengar como presidente do PSD depois de falar à Câmara como chefe do Governo.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Isso já foi há muito tempo.

O Orador: — Não interessa aqui apreciar se o Governo devia ou não apresentar a sua demissão ao Chefe de Estado após as eleições parlamentares. O princípio da separação de poderes impõe que não nos envolvamos em questões relativas às relações entre outros órgãos de soberania, mas note-se a

recusa do Chefe do Governo em pôr, pelo menos, o seu cargo à disposição do Presidente da República foi já um acto de campanha eleitoral do presidente do PSD a favor do seu candidato presidencial e não um acto responsável de um chefe do Governo interessado em respeitar as praxes democráticas vigentes em qualquer democracia parlamentar europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E as razões invocadas então para esse acto de querela institucional, tão do agrado deste Governo, cujo cesarismo leva a apelidar de contra-poder a todas as formas de limitação democrática da sua vontade de domínio total, nem sequer foram respeitados no seu comportamento posterior.

Evocou-se então para esse acto de campanha eleitoral a favor do seu candidato presidencial, a justificação de que seria necessário não desviar as atenções do Governo da tarefa importantíssima de elaborar e apresentar atempadamente a esta Assembleia as propostas das leis orçamentais. Mas onde estão essas leis orçamentais? Nos termos da Lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado, o prazo para a Assembleia da República votar as leis orçamentais expira em 15 de Dezembro. No entanto, estamos hoje em 21 de Novembro e o Governo ainda nem sequer consultou o Conselho Nacional do Plano sobre a proposta de lei relativa ao plano anual que faz parte das leis orçamentais. Quando chegarão a esta Assembleia as propostas das leis orçamentais? Talvez lá para as calendadas gregas ou melhor, ainda talvez depois das calendadas presidenciais.

Risos do PS.

E não nos venha agora o Governo dizer que é necessário proceder a novas eleições parlamentares do presidente e dos vice-presidentes do Conselho Nacional do Plano. Este existe, está na plenitude das suas funções e nada obstava a que tivesse sido atempadamente consultado. A conclusão a tirar é outra: é fácil mostrar quando o Governo não cumpre a sua palavra; mas difícil é caçarmos um exemplo demonstrativo de que ele a respeita.

E, se o Governo pensa apresentar um plano económico para os quatro anos da legislatura, com base em que programa irá o Parlamento apreciá-lo? Com base no da legislatura passada ou com base no real programa do Governo, mas que este temia em não revelar.

O facto de o Governo ter optado pelo caminho anticonstitucional de se furtar à apresentação do seu programa de Governo e dar-nos em troca uma moção de confiança sem objecto revela-nos que os intérpretes governamentais da nossa Constituição deviam ter no seu espírito aquele pensamento tão cesarista e conhecido: «As leis verdadeiramente fazem-nas os homens que as aplicam.» A Constituinte fez a Constituição, mas quem a faz verdadeiramente para uma certa escola é quem a aplica. Basta para isso que o possa e não haja contrapoderes (isto para utilizar a sua expressão) que se lhe oponham. Lá que o deva ou não, isso não é relevante — o dever pouco interessa para certo Poder.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Aqui está, afinal, todo o programa de governo: a curto, médio e longo prazo.

Para essa distorsão das praxes democráticas, invocou o Governo as eleições presidenciais. Ou seja: o Governo não quis que o seu candidato presidencial pudesse ser prejudicado pelos debates parlamentares acerca do Programa do Governo. E daí que as eleições presidenciais ou melhor, a campanha eleitoral das eleições presidenciais, em consequência deste comportamento antidemocrático do Governo, tivesse sido, por várias vezes, transportada para os debates parlamentares. Na verdade, o que é que este Parlamento poderia discutir nesta invisível moção de confiança? O programa de governo não, porque o Governo o não revelou. A actividade do Governo não, porque este ainda a não desenvolveu. Então, alguns destes Srs. Deputados deixaram-se atraídos pela armadilha do Governo e entraram na discussão própria da campanha das eleições presidenciais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não os seguiremos nesse caminho. Quem elege o Presidente da República não é o Parlamento, mas sim o povo por sufrágio directo. Creio que afecta a própria dignidade parlamentar assumirmos um debate que não cabe a esta Assembleia. Aliás, ao Governo interessa esta distorção da actividade parlamentar, a fim de minimizar de future ainda mais o Parlamento, e por isso mesmo é que pensadamente tomou a iniciativa de trazer para o centro dos debates parlamentares a própria campanha das eleições presidenciais. Há, por isso, que responsabilizar o Governo e, nomeadamente, o Sr. Primeiro-Ministro por mais esta perversão da democracia, pois outra coisa não é a instrumentalização da Assembleia da República para fins de campanha presidencial.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta Assembleia tem poderes de revisão constitucional. Daí que sobre ela recaia a importante responsabilidade de proceder à revisão da Constituição, aprovada neste mesmo Hemiciclo, há cerca de quatro anos, por mais de 90 % dos Deputados, incluindo o PSD.

É certo que a iniciativa da revisão constitucional pertence aos Deputados e não ao Governo. Todavia, num debate acerca do Programa do Governo, os grupos parlamentares nele intervenientes dificilmente se poderiam esquivar a referir-se aos seus projectos de revisão constitucional. Ora, a AD também quis evitar essa dificuldade. Embora o PSD faça sempre grande cavalo de batalha do plebiscito referendário como meio de revisão da Constituição, pelo PSD aprovada e que o não permite, a verdade é que nunca se conseguiu saber qual o projecto de revisão constitucional que a AD irá defender nesta Assembleia. E a explicação é simples: a AD tem dois projectos de revisão constitucional. Se o general Ramalho Eanes for reeleito Presidente da República, o seu projecto de revisão constitucional será um, onde o parlamentarismo será a tônica, mas, se vier a ser eleito o general Soares Carneiro, então o projecto de revisão constitucional da AD e do PSD será outro. Nele se exal-

tarão as virtudes do presidencialismo ou do semipresidencialismo.

Marcelo Caetano costumava dizer que a Constituição de 1933 consagrava um presidencialismo bicéfalo, porque, embora em teoria o Presidente da República gozasse de poderes decisivos, quem os exercia na prática era Salazar, o chefe do Governo.

Ora, o projecto de revisão constitucional da AD, mais do que bicéfalo, é bipolar. O seu pôlo orientador será um ou outro, consoante o resultado das eleições presidenciais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, como não deseja desvendar o seu jogo, quis furtar-se também a que esse debate pudesse forçá-la a explicações nessa matéria.

É esta ambiguidade da AD, tão entranhada e radical na sua maneira de ser, razão pela qual com tanta ligeireza ela julga os outros por si, que a levou a mais esta violação dos preceitos constitucionais e das praxes parlamentares das democracias europeias.

A própria formulação da moção de confiança apresentada pelo Sr. Primeiro-Ministro é um verdadeiro modelo de ambiguidades. Nela nada se pergunta em concreto; pede-se, apenas, mais um voto plebiscitário à moda antiga.

Alega-se que tudo isto é feito para evitar a investidura de dois governos. Mas resulta a evidência das declarações do Sr. Primeiro-Ministro de que em Janeiro haverá um novo Governo; o que não se quer admitir é que o actual Governo tem dois programas: um, meramente aparente, que é o da passada legislatura, e outro real, escondido cuidadosamente mas em aplicação, cujo conhecimento se procura furtar à opinião pública.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Todo este processo da moção de confiança é um equívoco. A confiança que no seu termo o Governo certamente receberá da maioria será outro equívoco. Pela nossa parte, nós não lha daremos.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Durante a intervenção anterior reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em acto de indiscutível e louvável democracia, vem o Governo presidido pelo Dr. Sá Carneiro solicitar a esta Assembleia que lhe expresse a sua confiança para que não haja qualquer dúvida que, na sua composição, na sua capacidade e no seu Programa, corresponde à vontade maioritária dos Portugueses resultante das eleições de 5 de Outubro.

É evidente que os representantes que o povo escolheu naquele dia terão de ter presente, desde logo, o significado do resultado das eleições. E ele é, fundamentalmente, este: os Portugueses aprovaram a actividade do Governo, desenvolvida de acordo com o

Programa aprovado em Janeiro por esta Câmara, e afirmaram o seu desejo de que ele continue a governar. Numa palavra, expressaram-lhe já a sua confiança plena, substancialmente reforçada em relação ao ano anterior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quem proceder a uma análise serena dos resultados das eleições constata uma subida da Aliança Democrática em todos os círculos eleitorais em relação a 1979. São igualmente significativos os aumentos de votação registados tanto no Norte e no Centro como no Sul, nas zonas urbanas como nas rurais, nos círculos da emigração como nas regiões autónomas, neste último caso em consequência também da exemplar governação que o Partido Social-Democrata ali vem desenvolvendo há quatro anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Deve salientar-se o alargamento da base social de apoio da coligação maioritária, os excelentes resultados obtidos junto dos mais desfavorecidos, seja dos que vivem nos bairros mais pobres de Lisboa e Porto, seja dos que residem nas regiões periféricas que um passado de centralização opressora pauperizou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Refira-se ainda o assinalável crescimento da adesão verificada nos três únicos dos vinte e dois círculos eleitorais existentes onde a AD não ganhou: Setúbal, Évora e Beja. Constate-se a evidência da penetração crescente do nosso projecto entre os trabalhadores por conta de outrem e os jovens.

Pela primeira vez os quase 3 milhões de votos obtidos pela nossa coligação superam a soma dos votos conseguidos pelos tão diversos partidos que, nesta Câmara, constituem a oposição, o que, saliente-se, nem sempre acontece nas democracias representativas.

Portanto, e antes de mais, o voto favorável que o Grupo Parlamentar do PSD vai dar à moção de confiança decorre necessariamente do voto popular de 5 de Outubro e significa o reconhecimento de que o povo nos mandatou para que expressemos aqui a confiança no Governo, que ele já tão esmagadoramente conferiu nas urnas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mas o PSD vai reafirmar a sua confiança no Governo por diversas outras razões.

Em primeiro lugar, por considerar que a obra realizada avalia o futuro e que, sendo o mesmo governo, ao contrário do que acaba de ser feito, não é possível separar o feito do futuro que se prevê.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sabem os sociais-democratas, sempre insatisfeitos na sua procura da completa libertação da pessoa humana de todas as sujeições, que não há obras humanas perfeitas. Que, ao contrário do que

sustentam os defensores de concepções fixistas sobre a evolução da sociedade, muito menos há obras completas e definitivas.

Querem, todavia, afirmar aqui que, partindo das circunstâncias em que Portugal se encontrava em Janeiro de 1980, era impossível fazer melhor

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Verificou-se no nosso país, pela primeira vez em democracia, a estabilidade governativa. A existência de um governo apoiado solidamente por uma maioria permanente permitiu acabar com as flutuações e contradições na governação, com a sucessão de políticas contraditórias que reciprocamente se anulavam, impedindo a resolução dos problemas nacionais, que até à posse deste Governo se foram constantemente agravando; permitiu pôr fim às crises constantes que podem servir, como sucedia desde 1974, para entretimento da classe política e dos analistas que sobre ela se debruçam, mas causavam irremediáveis prejuízos à generalidade dos portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Efectivada esta condição *sine qua non* — a estabilidade —, desenvolveu este Governo políticas altamente meritórias, cujos resultados, por vezes surpreendentes, são reconhecidos dentro e fora do País. Apesar de confrontado com uma situação internacional cada dia mais difícil, com a obstrução permanente do Conselho da Revolução e crescente do próprio Presidente da República, o Governo conseguiu travar o processo de degradação geral, mesmo de decadência, desencadeado pelas governações anteriores dos que hoje se encontram na oposição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim, foi finalmente sustada a queda constante dos rendimentos reais dos Portugueses.

Mas os sucessos conseguidos pela política social mostram que os designios humanistas do Programa da Aliança Democrática, o seu objectivo fundamental de alcançar cada vez mais justiça social, não foram postergados por qualquer mentalidade desenvolvimentista ou por eventuais designios economicistas dos tecnocratas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi visível a melhoria geral no campo da educação.

Os agricultores, antes sempre esquecidos, deixaram de ser os eternos ignorados.

Este foi o primeiro governo a manifestar plena compreensão do alcance da autonomia dos Açores e da Madeira e das aspirações dos seus povos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, consolidou-se a autoridade do Estado no respeito pelos direitos do homem e pela liberdade própria das democracias, diminuindo-se, pelo contrário, a tutela asfixiante do Estado paracollectivista sobre a sociedade civil, começando-se a estimular a iniciativa criadora desta em vários do-

minhos, e reparando-se graves injustiças de que tinha sido vítima, quer no seu conjunto, quer em algumas das suas mais respeitáveis instituições, como as Misericórdias.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD concorda também com a política externa que o Governo vem desenvolvendo. A afirmação clara e constante de prioridade europeia, a aceleração do ritmo das conversações com vista à adesão à CEE, o posicionamento sem qualquer ambiguidade de Portugal como parceiro da Aliança Atlântica, a abertura de boas relações com países árabes, cuja importância é desnecessário salientar, merecem o nosso apoio. Julgo ser evidentemente conhecida a nossa colaboração nas atitudes de resistência ao expansionismo agressivo da União Soviética.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a nossa confiança neste Governo é a nossa aposta no futuro de Portugal. Só a estabilidade que nós, maioria, lhe proporcionamos, só a capacidade que já revelou, permitirão que o País atravesse os tempos difíceis que se avizinhama, fruto da crise internacional, agravada pela preocupante guerra que se arrasta no golfo Árabe, sem grandes sacrifícios para os Portugueses.

Mas também damos a confiança ao Governo porque ele defende o nosso projecto de sociedade: aberta, pluralista, livre e criativa. Com ele não queremos regressar a qualquer passado, ao contrário dos que estão aferrados a mitos e ideologias do século XIX, a projectos de sociedade caducos que apenas servem classes burocráticas apegadas aos seus privilégios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ele será, connosco, a modernidade contra o conservantismo, o futuro contra o passado.

Ora, ser moderno é responder aos desafios que o mundo de hoje, a sociedade do fim do século XX, na realidade, nos põe, e de que pouco nos falou hoje aqui a oposição. A utilização racional e harmoniosa do espaço de que dispomos e dos recursos que nele existem: as grandes e fundamentais questões da cultura, do ambiente e da qualidade de vida; a escassez da energia; o crescimento descentralizado, que fixe as populações contra a atração centralizadora, direi mesmo destruidora das grandes megalópoles; a integração europeia a que lucidamente o Primeiro-Ministro se referiu.

Este Governo, connosco, pode enfrentar estes tremendos desafios. Ficou demonstrado que tal não era possível no sistema criado pelas forças que hoje estão na oposição, que penalizava os que trabalham e têm iniciativa, que favorecia a estagnação, vivia no dia a dia da falta de imaginação da burocracia tentacular que a sustenta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tal sistema, a que pretendemos pôr cobro ia arruinar Portugal, transformando os seus habitantes nos pobres da Europa, com níveis de vida cada vez mais distantes dos dos outros povos.

Mas é igualmente sabido que nem o capitalismo selvagem, nem os empreendimentos mais ou menos

megalómanos da tecnocracia desumanizada, nem as economias planificadas e colectivistas, todos mais ou menos esmagadores da pessoa humana, podem resolver aquelas magnas questões.

Aplausos do PSD e do PPM.

Cabe ao Governo, aos políticos em geral, humanizar a técnica, refrear os ímpetos sectoriais dos que julgam ter por si sós «a solução», assegurar o primado da justiça social, o primado do homem.

Confiamos que o Governo continuará a fazê-lo com a moderação que tem demonstrado no uso do Poder. Tal forma de governar é, aliás, a que melhor se adequa às tradições cristãs dos Portugueses e aos princípios da sabedoria antiga que informaram a nossa civilização.

Pode, para isso, contar com o apoio, o estímulo, o conselho amigo, numa palavra a solidariedade desta bancada, que, por ser total, não excluirá a crítica fraterna com vista à correcção de aspectos sectoriais da sua actuação que eventualmente se revelem menos positivos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Carlos Lage (PS): — Estamos comovidos.

O Orador: — Finalmente, vamos dar apoio a este Governo pela confiança que nos merece a generalidade dos que o compõem, muitos dos quais são nossos companheiros políticos. Muito em especial, confiamos no Primeiro-Ministro Sá Carneiro, presidente do nosso partido, que soube conquistar a confiança e o respeito dos Portugueses, destacando-se, tal como já sucedera, por exemplo, com outros grandes estadistas na Alemanha ou na Itália do pós-guerra, na França após a institucionalização de cada República, na Espanha pós-franquista, como a personalidade marcante do regime democrático do pós-25 de Abril.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgamos ser nosso dever referir o que, por nossa parte, esperamos das oposições, já que elas tantos piropos nos enviaram.

Dirijo-me, em primeiro lugar, à parte democrática da oposição, manifestando-lhe a nossa disponibilidade para o diálogo aberto e franco, o reconhecimento expresso do papel que lhe compete em todo e qualquer regime democrático, o respeito pelo seu estatuto, que, aliás, o Governo vem cumprindo com rigor.

Lamentamos que, ainda neste debate, boa parte das intervenções das suas bancadas tivessem oscilado entre duas obsessões, distantes dos problemas concretos do nosso tempo, demonstradoras da incapacidade de propor uma alternativa ao projecto da maioria, para lá do afioramento de um confuso dirigismo com pretensões de originalidade. Por outro lado, o formalismo desmedido, o fetichismo do texto, já aqui criticado. Por outro, o reviver dos fantasmas que ciclicamente a atormentam, construções que sempre resultam do sono da razão e que é fácil transferir para outros, querendo reconhecê-los nos actos ou mesmo nas intenções.

Nada há de novo nesta atitude. Releio o debate aqui havido em Janeiro passado. Recordo o que ouvi nas campanhas eleitorais. Sempre inúmeros cataclis-

mos foram previstos, como resultado da governação da AD, a prazo de poucas semanas. Nenhum se verificou.

Entretanto, continuamos à espera de que a oposição democrática se assuma como tal, como alguns dos seus dirigentes sugerem, evitando a tentação de tornar a derrota sofrida pela colagem a órgãos de soberania que possam impedir a execução do essencial do projecto político que o povo escolheu.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Gostaríamos que compreendesse que não fomos mandatados para pôr em prática os seus projectos, mas o nosso. Não vale a pena acenar com o pretenso risco de uma concentração de poderes, já aqui desmisticificado claramente. A consonância política entre maioria, Governo e Presidente constava do vosso próprio programa, verifica-se em muitos países democráticos. Interroguem-se antes sobre o estranho desejo de passarem a semi-oposição que vos assalta e que se viesse a concretizar-se, seria prejudicial para vós próprios.

Esperamos também que cada força política se contente na representatividade que o povo lhe conferiu. Que não se arrogue o papel de definidor da ética, das praxes democráticas, de intérprete exclusivo dos textos supremos, que não tome como factos as suas opiniões e que abandone os processos de intenção, estes sim, típicos de projectos totalizantes.

Esperamos, sobretudo, que a oposição defende connosco a dignidade e as prerrogativas desta Assembleia em todas as circunstâncias. Gostaríamos, pois, que nos acompanhasse na crítica à inacreditável atitude do titular de outro órgão de soberania que, sem competência ou autoridade para isso, a semanas do termo de um mandato que julgamos não vir a ser renovado, invade os poderes exclusivos dos representantes do povo, lhes pretende dar lições e mesmo estabelecer limites aos seus poderes de revisão constitucional ...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

... e isto de acordo com as suas opiniões pessoais ou com as teses discutíveis que perfilha.

Que nós saibamos, o Presidente da República não tem iniciativa legislativa, muito menos tem poderes constituintes. Como os outros candidatos, terá opiniões sobre a matéria, que exporá, como os outros lá fora, mas é inqualificável que utilize mensagens a esta Câmara para fazer a sua propaganda, menozando os Deputados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Felizmente estamos seguros de que os Portugueses, que têm dado provas de inexcedível maturidade política, saberão em breve substitui-lo pelo candidato apoiado pela maioria em que confiam.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Esperamos, finalmente, que a oposição democrática exerça plenamente os seus poderes, debata connosco as grandes questões do nosso tempo e tenha em vista o estabelecimento de um entendimento mínimo sobre o regime e as instituições e a política externa.

A integração na Comunidade Europeia, por seu lado, exige um esforço partilhado, que nós, é bom recordá-lo, não negámos quando éramos oposição e quando o Governo minoritário do Partido Socialista aqui o veio pedir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Recordem-se ainda os nossos colegas dessas bancadas, antes de acompanhar certos coros injustos e ofensivos lançados de outras bandas, que há também do nosso lado pessoas que têm passado de luta pela democracia, que acima de tudo continuarão a defender, e que não merecem ver posto em dúvida aquilo de que sempre deram provas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nada diremos sobre certa força não democrática oposicionista, que julgamos incuravelmente fossilizada.

Risos do PSD.

Desde 1934, quando o Komintern substituiu a tática da classe contra classe pela da mão estendida, que não se via na Europa uma campanha baseada no ataque pessoal e no insulto. Muitos votos por causa dela perdeu, muitos outros lhe fugirão ainda, até que se convença que Staline já morreu e que os que o seguirem serão cadáveres adiados que não procriam.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos votar a plena confiança neste Governo. Vamos com ele caminhar para a democracia plena, sem as tutelas que ainda a maculam, para que os Portugueses sejam senhores do seu destino, para que, assim, se cumpra a esperança.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Primeiro-Ministro (Sá Carneiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao apresentar o pedido de um voto de confiança, o Governo tinha a consciência de que cumpria os seus deveres perante o Parlamento e de que contribuía assim para o prestígio da instituição parlamentar.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não esperávamos, evidentemente, encontrar aqui uma oposição eufórica ou entusiasmada, dado que no dia 5 de Outubro ela fortemente definhou: definhou o PCP, definhou o MDP/CDE e até a FRS teve menos votos do que o Partido Socialista.

Sabíamos não encontrar uma maioria triunfalista, porque não o somos na Aliança Democrática, e sabemos interpretar e assumir uma grande vitória eleitoral como a de 5 de Outubro mais como uma responsabilidade acrescida face à nossa geração, ao nosso povo, ao nosso país e à comunidade internacional, do que como motivo de triunfalismos ou tentativas de esma-

gamento que nunca saberíamos praticar, mesmo nós que fomos objecto de tentativas de esmagamento quando outros estiveram no Poder.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mas não supúnhamos encontrar aqui uma oposição tão ressabiada, tão recalada — de facto, isso foi uma surpresa. E deixando de lado afloramentos de recalcamientos mesquinhos de que importa não curar, debrucemo-nos sobre o significado do recalcamiento político da oposição que aqui aflorou.

Não foram maifestamente razões constitucionais, porque mesmo certos rabujentos ayatollahs da Constituição ...

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

... não conseguiram apresentar argumentos válidos para atacar a nossa iniciativa no plano constitucional, pese embora àqueles que, esquecendo a Constituição a que tanto se dizem afeiçoados, nos vieram há pouco dizer que uma moção de confiança tinha de ter como substrato aquilo que o Governo se propunha fazer, quando a Constituição diz claramente que a moção de confiança incide sobre uma declaração de política geral, que eu fiz aqui anteontem como Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Não foram frustrações constitucionais as razões do ressabiamento e do azedume da oposição — e o Sr. Deputado Ferreira do Amaral há pouco já falou nas razões desse azedume.

O que à oposição doeu — e aqui se traduziu — é que o Governo não se tivesse demitido, porque ela queria que assim fosse para oferecer ao seu candidato a oportunidade de uma procissão para formar Governo, de uma cerimónia de propagando eleitoral presidencial, e foi por isso que a oposição tanto protestou porque o Governo não se demitiu e o seu candidato não pôde ter mais essa cerimónia abusiva de propaganda eleitoral presidencial. Eis a razão.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A oposição também queria — e viu frustrados esses seus desígnios — transformar este debate num debate de campanha presidencial. Acusam-nos agora do contrário, o que é, pelo menos, risível. Pois não foi um Sr. Deputado do Partido Socialista que disse aqui, salvo erro no primeiro dia, que o que verdadeiramente estava em jogo neste debate eram as eleições presidenciais? Acaso não o terão ouvido os seus colegas de bancada? Isso era o que a oposição queria e é o que nós não fizemos.

E esses recalcamientos e esse azedume foram a tal ponto que em relação a um partido cujo líder disse em 1975 que Portugal jamais seria uma democracia parlamentar — podemos compreender que esta moção de confiança, acto parlamentar, o tenha de tal modo incomodado, mas já não se percebe tão bem que da banda do Partido Socialista, no entusiasmo do apoio presidencial, se tenha dito, saltando por cima do marxismo-leninismo e indo direito ao b'anquismo, que o que contavam não eram os votos — disse-o esta manhã o Sr. Deputado Almeida Santos. Se não foi,

como não foi, um *lapsus linguae*, foi, com certeza, um *lapsus presidencialista*.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto, não são as eleições presidenciais o que está em causa neste voto de confiança que o Governo solicita ao Parlamento. E ainda bem para a oposição, porque se fossem as eleições presidenciais o que estava em causa, quando chegássemos à altura da votação se calhar além dos votos da Aliança Democrática haveria alguns votos de outra bancada da oposição.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Governo agiu dentro da Constituição, segundo a praxe que é possível, corrente, aconselhável e, tal como disse no primeiro dia deste debate, segundo o que aconselhava o interesse nacional e o pragmatismo. Acusar esta atitude de cesarismo é realmente querer desfigurar completamente a realidade. Não ouvimos aqui esta manhã o Vice-Primeiro-Ministro lembrar que num regime parlamentarista puro como é o da Grã-Bretanha o Governo não se demite depois das eleições se estas confirmarem a maioria anterior?

E, a propósito de cesarismo, tanto ouvi dele falar aos Deputados do Partido Socialista que me lembrei do que este partido em matéria de cesarismo dizia do general Eanes em 1978.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Naturalmente estavam a pensar nisto, porque cesarismo não há nenhum da nossa parte, mas sim uma atitude constitucional, democrática, correcta e prestigiante para o Parlamento, que assegura o exercício de funções de um Governo plenamente legitimado pelo resultado eleitoral de 5 de Outubro. As oposições pretendiam desfigurar o debate, mas não as acompanhámos nessa linha e a resposta que lhes damos não pode deixar de ser irónica: assegurar a estabilidade, continuar o progresso, desenvolver a justiça social, unir os Portugueses. E tivemos condições de estabilidade do Governo da Aliança Democrática nestes meses passados — estabilidade política e social — e resultados concretos. Foram aqui postos em causa alguns casos, mas recordarei apenas que nos últimos dez meses, desde Dezembro de 1979, o índice de preços do consumidor sofreu apenas um aumento de 9,2%, o que equivale a uma taxa anual de 11,1%. O desemprego de que aqui também se falou diminuiu, pois os pedidos de emprego nos últimos nove meses, até Setembro deste ano, diminuíram, passando de 305,7 milhares em Dezembro de 1979 para 269 milhares em Setembro. As ofertas de emprego no mesmo período passaram de 7,5 milhares para 13,4 milhares, quase o dobro. Em Dezembro de 1979 o total de desempregados estimava-se em 344 008, 1% da população activa, e no final do 1.º semestre a taxa de desemprego tinha baixado 0,5%, situando-se em 7,6%.

Não me vou alongar na citação de mais números nem em outras análises económicas e sociais, porque o tempo é escasso e cumpre concluir.

Aqui se ouviu dizer da parte de um deputado do Partido Comunista, visto que praticamente não falou

de outras coisa a não ser de eleições presidenciais, que era quase certa a vitória do general Ramalho Eanes à primeira volta. É evidente que não se pode deixar de sorrir quando, vindo do mesmo partido da parte do Sr. Carlos Brito, apresentado como candidato, se ouviu dizer no último fim de semana que havia um perigo sério da vitória do general Soares Carneiro à primeira volta.

Muito se quis aqui pôr em causa a comunicação social. É uma tática habitual das oposições quando pressentem a derrota. Já o haviam feito antes de 5 de Outubro, continuam a fazê-lo agora e mais ou menos no mesmo esquema que se tem reproduzido a propósito de outras situações: primeiro fala o Partido Comunista, depois segue o Conselho da Revolução e depois o Sr. Presidente da República reforça a mesma tecla. E a isso que temos assistido a propósito da comunicação social, o que também nada augura de bom para o candidato apoiado pelas oposições.

Foi-se ao ponto de criticar — permita-se-me essa nota — a ausência do Primeiro-Ministro, e isto da banda de quem, se olhasse para a sua bancada, veria que os seus *leaders* parlamentares ou o seu *leader* partidário máximo pouco tinha aqui estado presente.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Este cavalheiro está a perder qualidades!

O Orador: — Mas isto são pormenores a que não se elevam sequer certas rabujices de quem não tem coragem de dizer as coisas frente a frente e na altura própria.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Importa concluir, descurando aquilo que outros vão dizendo entredentes e as frustrações aqui expressas, com a seriedade e elevação que o Parlamento merece e que a maioria justifica e que aqui praticou. Essa é a responsabilidade que temos para com o nosso país: continuar com a confiança do Parlamento o caminho de segurança, de estabilidade e de modernização, trabalharmos sem demagogias, sem atender às provocações que nos vão lançando pelo caminho, com os olhos postos, acima de tudo, na nossa qualidade de portugueses, no nosso país e no bem de todos os Portugueses.

Assim faremos se a Assembleia nos der a sua confiança.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encerrado que está o debate do voto de confiança solicitado pelo Governo, cumpre fazer a suspensão estabelecida por consenso e que será de trinta minutos.

Todavia, e antes de promover essa suspensão, gostaria de acrescentar que ficou ontem distribuído por todos os grupos parlamentares o orçamento suplementar da Assembleia para 1980, que votaremos de imediato, dada a urgência da sua aprovação para o regular funcionamento dos serviços.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, convoco uma reunião dos grupos parlamentares para realização

imediatamente, a fim de se estabelecer a ordem do dia das primeiras sessões que vão ter lugar a seguir.

Está interrompida a sessão por trinta minutos.

Eram 17 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, em meu nome pessoal e no dos representantes dos grupos parlamentares que comigo estiveram reunidos até há momentos, apresento a VV. Ex.^{as} as desculpas pelo alargamento do período que consensualmente tinha sido estabelecido para a duração do intervalo entre o encerramento do debate e a votação. Isso ficou a dever-se a um alongamento involuntário da discussão sobre a eventual transmissão pela RTP de um bloco informativo sobre este debate.

Srs. Deputados, vamos então proceder à votação da moção de confiança solicitada pelo Governo.

Pausa.

Submetida à votação, foi aprovada, com 132 votos a favor (PSD, CDS e PPM) e 87 votos contra (PS, PCP, ASDI, UEDS, MDP/CDE e UDP).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura para uma declaração de voto.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — O MDP/CDE pronunciou-se contra a moção de confiança apresentada pelo Governo e votou contra o facto de o Governo ter apresentado uma moção de confiança com os objectivos com que o fez e na situação em que o fez.

Fê-lo não por recalcamento de percas eleitorais, sentimento que (como é evidente para qualquer democrata) não conhece, fê-lo precisamente, pelo contrário, pelo potencial humano de luta pela liberdade ...

Vários Srs. Deputados abandonaram a Sala.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, desculpe interrompê-la, mas este tempo ser-lhe-á descontado.

Peço aos Srs. Deputados que se entendem no direito que têm de não estar na Sala, ausentar-se, o façam com o mínimo de respeito pela oradora que está no uso da palavra, não perturbando, portanto, que ela seja ouvida por quem deseje continuar.

A Oradora: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não tem de agradecer, Sr.^a Deputada, é um direito que lhe assiste e uma obrigação de todos os restantes Srs. Deputados.

A Oradora: — Fê-lo ...

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr.^a Deputada, ainda não lhe concedi a palavra.

Pausa.

Tenha a bondade de continuar, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Fê-lo não por recalcamento de percas eleitorais, sentimento que (como é evidente para

qualquer democrata) não conhece, fê-lo precisamente, pelo contrário, pelo potencial humano de luta pela liberdade e pela democracia que o obriga a ser honesto e claro na sua acção cívica e política.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP votou contra a moção de confiança apresentada pelo Governo em vez do programa, esse sim que devia aqui ter apresentado, e fê-lo muito naturalmente porque fora desta Assembleia a UDP, desde que este Governo é Governo, sempre apontou aos trabalhadores o caminho da luta firme contra os designios do Executivo, os designios da AD, contra a actividade por vezes terrorista dos seus homens de mão por toda a parte, desde os órgãos de comunicação social às empresas e aos locais de trabalho.

A UDP sempre disse aos trabalhadores que não deviam estar passivos perante os ataques às conquistas de Abril. A UDP sempre disse que essa passividade tornava permeável o movimento popular à demagogia do Governo. A demagogia do Governo que tem como intenção dar algumas benesses possíveis dentro da sua estratégia, enquanto vai tomando de assalto as instituições e todos os níveis da vida do nosso país — económica, financeira, militar e cultural —, enquanto prepara as estruturas para levar avante o seu projecto antidi-democrático e contra as conquistas de Abril. E isso também é visível no candidato que apresenta à Presidência da República um militar reaccionário, fascista, que colaborou com a PIDE.

Protestos do PSD.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Fascista é o senhor!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo por consenso estabelecido há muito tempo, na sessão legislativa a que tive a honra de presidir, foram arredados desta Câmara quaisquer referências que implicassem o uso de termos como o que V. Ex.^a acaba de usar.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Essa é boa!

O Orador: — Como é que eu hei-de chamar o general Soares Carneiro?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, V. Ex.^a chamará o que quiser, o que lhe peço é que respeite o consenso que foi estabelecido em reunião dos grupos parlamentares, ao qual V. Ex.^a fica vinculado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, não há consenso nenhum.

O Orador: — Como é que eu hei-de chamar o candidato que colaborou com a PIDE e, não só isto, que foi bufo em relação até a pares seus e que meteu patriotas no campo de S. Nicolau? A apresentação

deste homem à Presidência revela bem quais são os designios fundamentais da estratégia da AD e do seu Governo. É por isso que a UDP diz aos trabalhadores que neste momento é preciso apoiar um candidato que se oponha firmemente a este candidato e que reforce a luta do povo e que lhe permita efectivamente derrotar a AD, a todos os níveis, nos locais de trabalho e também nestas eleições presidenciais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miranda.

O Sr. Jorge Miranda (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Votámos naturalmente contra, porque somos partido da oposição, integrado na FRS — e que como tal se assume com toda a transparência — e porque não aceitamos as implicações da atitude do Governo ao provocar o presente debate.

Não se tratou apenas de acenar com uma questão de princípios jurídico constitucionais — a que, porém, seremos sempre fiéis. Tratou-se também de avaliar todo o significado político da opção do Governo ao solicitar um voto de confiança em vez de formular um programa de governo para a legislatura. E tal é, neste momento final, o significado que queremos deixar patente. Em primeiro lugar, não apresentando um programa, o Governo recusou-se a ser um governo de legislatura, desvalorizou as eleições de 5 de Outubro, diminuiu o papel do Parlamento. Não queríamos que viesse a haver dois governos até Janeiro ou Fevereiro. Queríamos, sim, que houvesse um só governo — mas um governo politicamente responsável perante esta Assembleia e perante o Presidente da República. Queríamos que houvesse um governo, e não um governo que, colocando-se na condição de governo a prazo ou prorrogado, ao mesmo tempo — contraditoriamente — anuncia o Plano a Médio Prazo e um pacote de iniciativas legislativas de fundo.

Em segundo lugar, não apresentando um programa, o Governo recusou-se a trazer aqui os problemas concretos do País, recusou-se a discuti-los concretamente com a oposição, recusou-se a indicar quais as principais medidas políticas e legislativas que entende adoptar ou propor para os enfrentar. E nisto consiste a diferença substancial, e não formal — sobretudo numa Câmara onde existe uma maioria — entre um debate sobre uma declaração de política geral e um debate sobre um programa de Governo.

Em terceiro lugar, não apresentando um programa, antes anunciando que só o faria depois da posse do Presidente da República a eleger, o Governo veio sugerir que ligava a sua sorte à sorte do candidato presidencial que apoia e veio sugerir que somente com ele aceitaria governar em pleno, pelo menos com o actual Primeiro-Ministro. Mas, assim procedendo, o Governo faz pressão sobre o eleitorado, confunde eleições distintas por natureza — as legislativas e as presidenciais — e confunde dois órgãos, com funções específicas — a Assembleia e o Presidente. E nisto está exactamente o perigo da concentração de poderes.

Eis porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não demos o nosso voto favorável a esta moção.

Antes de terminar, contudo, ainda uma palavra acerca de um facto que acabámos de ter conhecimento: o facto de a RTP ter criado condições

que dificultam extraordinariamente a transmissão deste debate hoje, logo a seguir ao Telejornal. Tal facto, revelador do estado da comunicação social estatizada, leva-nos a pedir, em nome do nosso grupo parlamentar e no dos grupos parlamentares do PS e da UEDS, a abertura de um inquérito parlamentar.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E esse estado seria mais um motivo para que votássemos contra a moção.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Sr. Presidente, suponho que ainda tenho um minuto e meio para fazer uma curta declaração de voto, se V. Ex.^a me permitisse:

O Sr. Presidente: — Tem toda a razão, Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: o sentido do nosso voto foi expresso com clareza no curso do debate: este governo e a sua maioria não mereceram a nossa confiança, tal como não mereceram a confiança dos demais grupos parlamentares da Frente Republicana e Socialista.

De nós pode pois o governo e a maioria esperar uma oposição clara, frontal e leal.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Leal?!!

O Orador: — Tal clareza, frontalidade e lealdade nem sempre foram contudo apanágio das intervenções do governo e das bancadas que o apoiam.

E se no fim do debate nos fica na boca um travo amargo não é tanto pelo resultado da votação mas sobretudo pela forma arrogante e quezilenta como o governo e a maioria aqui se comportaram.

A sede de vingança é, pensamos nós sinceramente, a suprema expressão do recalcamento. A intervenção final do Sr. Primeiro-Ministro disso foi aliás cabal prova.

Com as armas e os barões artilheiros utilizados pela AD neste debate a este Governo e a esta maioria não auguramos grande futuro.

O futuro servirá para demonstrar que os equívocos sobre que assentou esta moção de confiança por vontade própria da AD não servem a democracia nem prestigiam o Parlamento.

A menos que seja isso mesmo que se pretende! Por isso, obviamente, votamos contra!

Aplausos da UEDS e do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Somos deputados por mandato popular. Tal mandato, no que respeita à maioria foi, além de confirmado, larga-

mente reforçado nas últimas eleições. E o substancial reforço da maioria deve-se, é fora de dúvida, à acção governativa do Executivo que hoje aqui obteve a confiança parlamentar. O voto da maioria não é mais, portanto, do que a coerente confirmação daquilo que há pouco mais de um mês foi claramente afirmado pelo povo português. Voto que representa a fidelidade dos deputados ao seu eleitorado, para além da efectiva confiança que neste Governo depositam e a que este Governo tem direito.

Apesar de todos os malabarismos verbais e rebuscadas interpretações do texto constitucional aqui largamente exibidos pela oposição, a apresentação desta moção de confiança representa, da parte do Governo, e a nosso ver, uma manifestação de respeito pela instituição parlamentar, uma vez que nada obrigava um Governo confirmado por uma esmagadora vitória eleitoral, a apresentar-se nesta Câmara, de cuja investidura não necessita, e à qual está ligado por uma confortável maioria.

Apraz, pois, ao meu partido, o mais arreigadamente parlamentarista de todos os partidos portugueses, registar tal facto.

Acreditamos na separação dos poderes, e consideramos que, ao nível da soberania nacional, não haverá que considerar mais que os três poderes clássicos, dependendo sempre o órgão do executivo do legislativo, do qual é emanação.

É, pois, o Parlamento o lugar autêntico da representação da universalidade dos cidadãos e não há, do ponto de vista da legitimidade, qualquer outra origem para o Executivo nem qualquer outra sede para a fiscalização da sua actividade.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Muito bem!

O Orador: — O Presidente da República representa o Estado e é, quando muito, um dos símbolos da Nação. Não pode, sem ofender gravemente o princípio da legitimidade eleitoral, arrogar-se a representação de todos os Portugueses, já que essa representação cabe exclusivamente ao conjunto dos Deputados que formam esta Câmara, mandatados pela globalidade dos cidadãos que, ao indicarem uma maioria, indicam o Governo que desejam.

É, pois, como atitude de respeito por esta instituição que interpretamos a apresentação desta moção de confiança.

A oposição pensa o contrário. Aliás, pensaria sempre o contrário mesmo que o Governo tivesse tomado outra atitude. A oposição em Portugal lançou-se em Janeiro deste ano numa escalada imemorial e ilegítima que teve o seu primeiro afloramento quando apareceram, nesta Câmara, autocolantes anónimos na lapela dos Deputados, e que culminou numa campanha eleitoral inimaginável à luz da mais elementar ética democrática.

Os eleitores deram, porém, à oposição uma lição exemplar.

E nós, maioria, hoje e aqui, mais não fizemos, ao votar, do que repetir essa lição.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As razões do nosso voto contra a moção de confiança solicitada pelo Governo foram claramente expressas em todas as intervenções do meu grupo parlamentar durante este debate.

Mas, inopinadamente, no fim deste debate e imediatamente antes da votação da moção de confiança, um novo facto — e grave — veio a acontecer, facto esse que vem a juntar-se a todos aqueles que apresentámos durante o debate em curso e a todos aqueles que invocámos na apresentação do requerimento que foi presente ao Sr. Presidente da Assembleia da República, no sentido de ser constituída uma comissão de inquérito parlamentar sobre a situação da comunicação social estatizada.

Na verdade, depois de numa primeira fase terem sido levantados os mais diversos obstáculos por parte dos partidos da AD no sentido de não se proceder à transmissão regular e habitual pela televisão dos debates parlamentares, assistimos, hoje a novas dificuldades. Essas dificuldades não visam agora impedir a transmissão regular, que era prática corrente nesta Casa, mas visam impedir a transmissão acordada quer em reunião de 18 de Novembro, quer em reunião de 19 de Novembro e que motivou a apresentação do requerimento de inquérito parlamentar por parte dos grupos parlamentares da ASDI, do PS e da UEDS.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Orador: — Nós manifestamos a nossa solidariedade para com esses grupos parlamentares e para com esta sua iniciativa.

Pela nossa parte, estamos dispostos a esclarecer até ao fim tudo aquilo que se passou nesta Assembleia, no sentido de calar não apenas a voz da oposição na RTP, mas também a voz de um órgão de soberania na RTP.

Pensamos que este facto é suficientemente grave para que todos nós ponderemos nesta matéria.

Aplausos do PCP, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para interpelar a Mesa, uma vez que se acaba de verificar uma flagrante violação do Regimento para este debate.

Aquilo que acabámos de ouvir não é, como é evidente, uma declaração de voto. É uma declaração completamente deturpada sobre qualquer coisa que nada tem que ver com o sentido da declaração de voto.

Este facto coloca aos outros grupos parlamentares, nomeadamente o PSD, o problema de saber se eles não têm o direito de ripostarem a estas falsidades que acabam de aqui ser produzidas perante a Assembleia.

O meu grupo parlamentar não abdica da sua declaração de voto. Contudo protesta contra esta violação flagrante do Regimento. Como tal, o meu grupo parlamentar pede a palavra para, logo após as declarações de voto, ripostar — a seguir a uma violação

outra violação — às afirmações falsas que acabam de ser produzidas.

O Sr. Presidente: — Uma vez que o Sr. Deputado pede a palavra para fazer um protesto, ela ser-lhe-á concedida.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, eu pretendo apenas solicitar à Mesa que me reserve a palavra para depois das declarações de voto, do mesmo modo e pelas mesmas razões que concederá a palavra ao PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa, em virtude da forma como VV. Ex.^{as} estão a colocar a questão, vê a esta hora colocar-se o problema de abrir-se um debate sobre factos ocorridos e discutidos na reunião dos representantes dos grupos parlamentares e que não constam da ordem do dia.

VV. Ex.^{as}, motivados por uma intervenção do Sr. Deputado Sousa Marques, pretendem agora abrir esse debate. Mas a Mesa não o consentirá. Ainda há declarações de voto a ser produzidas sobre a votação da moção de confiança. Os Srs. Deputados têm o direito, servindo-se de diversas figuras regimentais, de apresentarem os protestos e fazerem as intervenções que entenderem.

Neste momento a Mesa vai dar a palavra aos grupos parlamentares que ainda não fizeram declarações de voto. Contudo a Mesa avisa desde já os oradores de que se deverão cingir exclusivamente à matéria da moção de confiança e que não aceita a abertura de um debate sobre factos estranhos dentro deste debate.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, não pretendo questionar a sua disposição em proceder de seguida à continuação das declarações de voto.

Permito-me solicitar, isso sim, que me conceda a palavra para contraprotestar na altura devida a um protesto feito pelo Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Amândio de Azevedo solicitou a palavra para protestar após produzidas as declarações de voto.

O Orador: — É certo, Sr. Presidente. Mas entretanto o Sr. Deputado Amândio de Azevedo acusou o meu camarada Sousa Marques de ter produzido falsidades e quejandas coisas. Portanto o Sr. Deputado Amândio de Azevedo foi adiantando o seu protesto.

Sendo assim, na altura devida e acatando a sua deliberação, solicito a palavra para formular um contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Exclusivamente com esse efeito e porque reconheço que nas palavras do Sr. Deputado Amândio de Azevedo estava implícito um protesto contra o fundo da intervenção do Sr. Deputado Sousa Marques, o PCP terá a possibilidade de responder em contraprotesto. Mas fica perfeitamente delimitada por essa intervenção a discussão do assunto subjacente ao contraprotesto.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sampaio.

O Sr. Luís Sampaio (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa clara manifestação de iniciativa política, entendeu o Governo suscitar a questão da confiança a esta Assembleia.

Discussida a moção neste Parlamento, somos levados a concluir que do debate sobressaem a falta de convicção e de criatividade política de uma oposição, quase diríamos passiva e resignada face ao vigor de uma maioria que assume com determinação o seu papel de motor na mudança prometida ao povo português.

Eleições sucessivas ao longo dos últimos anos têm vindo a fazer transparecer um nítido sentido da evolução e da afirmação da vontade popular.

A partir de 1979 tem cabido à Aliança Democrática assumir, representar e realizar essa vontade. E se a actual maioria captou o impulso que do povo vem como a vela faz ao vento, ao Governo tem competido o papel de timoneiro, singrando uma rota clara e definida num Programa de Governo transparentemente anunciado e amplamente conhecido.

O eleitorado aprovou ao construir sólida maioria nesta Câmara.

E exactamente porque o eleitorado reafirmou há escassas semanas e com maior força ainda que em 2 de Dezembro de 1979 a sua adesão a um projecto, o projecto da Aliança Democrática, e a sua credibilidade no actual Executivo, o Grupo Parlamentar do CDS votou favoravelmente a moção de confiança.

Reconhecemos assim em plena consonância com o sentido popular, o duplo aspecto de reafirmar a nossa confiança ao Executivo que o eleitorado amplamente apoia e de lhe proporcionar o condicionalismo político desejável para prosseguir o programa da AD.

Por isso, não nos parece despiciendo deixar aqui registado que não aprovámos apenas teóricos projectos, mas antes e sobretudo, reafirmámos a plena confiança num Governo cujas provas são contundentes e já prestadas.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Temos um projecto que está em marcha, suficientemente perspectivado e identificado no horizonte. E o povo português toma novo alento e readquire esperanças que, estamos certos, não serão defraudadas.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

O Sr. Manuel Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Par-

tido Social-Democrata votou favoravelmente a moção de confiança apresentada pelo Governo a esta Assembleia, não por razões de seguidismo, como em vários sectores das oposições se pretendeu molevolamente insinuar, mas por imperativo político, jurídico e moral de vinculação do mandatário à vontade do seu mandante.

Com efeito, quem verdadeiramente votou já a sua inequívoca confiança ao Governo foi o povo português, que em 5 de Outubro passado apostou maciçamente no programa que foi submetido à sua apreciação e que era, em substância, o mesmo que já havia aprovado e consagrado na eleição anterior.

Começou aí, portanto, o processo de legitimação do Executivo para a continuação da tarefa que havia empreendido em Janeiro passado. Daí que os componentes desta Assembleia apoiantes do mesmo projecto e escolhidos para o cumprirem traíram a sua missão se procedessem de modo diferente.

Não se trata, pois, nem de seguidismo, e muito menos de servilismo, como também se insinuou, mas de respeito pela vontade do povo, que, democraticamente, nos elegeu.

Mas o Governo entendeu, e muito bem, por respeito a esta Assembleia e aos seus componentes — da maioria ou da oposição —, que devia dar-lhe a oportunidade de publicamente apreciar e criticar as acções contrárias ao Programa apresentado em Janeiro.

Esta atitude, ditada pelos mais sãos princípios democráticos, parece não ter contentado a minoria desta Assembleia. E, por isso, o debate que promoveu resvalou para a apresentação de temas marginais. Em primeiro lugar, interpretações subtils dos textos constitucionais, algumas com valor académico inquestionável, mas fora do contexto real em que o Governo se submeteu à confiança da Assembleia. Em segundo lugar, invocação de propósitos menos claros de eleitoralismo ou de propaganda com vista às próximas eleições.

Atacaram-se pessoas que nada tiveram a ver com a actividade governamental ou com o tema em debate e que, por razões de ética política, deveriam ser tratadas com o respeito que merecem as suas qualidades.

Fugiu-se, assim, ao essencial, que consistia em discutir se a actividade do Executivo durante o período do seu mandato teria sido de molde a justificar a confiança indispensável à continuação da sua actividade, pelo menos até à investidura do novo Presidente da República, quando o Governo cessará as suas funções.

E fugiu-se ao debate por razões óbvias. É que, se o destinatário da actividade do Executivo — o povo português — não teve dúvidas nem hesitações quanto à sua capacidade e competência, de pouco teriam valido as teorias, as subtilezas ou os argumentos técnicos que aqui pudessem ser produzidos para demonstrar o contrário.

Não é por isso de estranhar que se tenha procurado, em simples manobra de diversão, retirar o conteúdo político e moral à iniciativa do Governo. Mas é fácil concluir que tais propósitos não foram minimamente atingidos.

O povo português, mesmo sem grandes explicações de ordem técnico-económica, verificou neste

último ano que com a quantidade de dinheiro de que dispõe pôde adquirir maior quantidade de bens e de produtos necessários à sua subsistência ou ao seu conforto. Reconheceu, por isso, o alcance do Programa do Governo, quando colocava entre as suas mais instantes prioridades o combate à inflação.

Percebeu também, pela primeira vez, que os governos competentes e eficazes não prometem utopias, antes pelo contrário, estudam, preparam e executam programas racionais, de utilidade para aqueles a quem se dirigem e adaptados às realidades económicas e sociais do País.

Não foi também necessário invocar justificação de ordem filosófica ou sociológica para que o Governo sentisse a obrigação de melhorar as condições de vida de todos os Portugueses, especialmente daqueles que se encontram colocados mais à mercê das contingências económicas, nomeadamente os aposentados.

Os projectos de educação, de saúde e segurança social cumpriram-se com naturalidade e sem alardes. A vida local sofreu profundas transformações pelo apoio dado aos municípios na melhoria da sua capacidade técnica, financeira e de organização. Reformou-se, por isso, a autonomia local, iniciando-se o processo de discussão pública sobre a implantação do processo regional no continente, como meio insubstituível para a transformação do quadro orgânico-administrativo português.

Promoveu-se a transferência de poderes do Estado para as regiões autónomas, antecipando-se o Governo ao próprio esquema de distribuição de poderes que veio a ser consagrado nos estatutos de autonomia aprovados por esta Assembleia.

No plano internacional, clarificaram-se as nossas posições e alianças, assumindo o Executivo a liderança e responsabilidade dos contactos internacionais e das definições políticas.

Pela primeira vez desde há alguns anos, o povo sentiu a segurança e a confiança no futuro. Recuperado de traumatismos passados, de incertezas e do confusionismo reinantes no período que antecedeu a atribuição do poder à Aliança Democrática, começo a acreditar na sua capacidade para construir um futuro mais digno e mais próspero.

O país está agora mais seguro de que a coligação que o governa, com o apoio da maioria que o escolheu, continuará nos próximos anos a obra que iniciou, com êxito, no princípio do ano em curso.

Nós, Deputados sociais-democratas, também acreditamos na capacidade e na competência do Governo, ainda que sejam de monta as dificuldades que nos próximos anos se vão apresentar.

Sabemos que da sua acção se pode esperar o respeito pela democracia e pelos direitos do homem, a melhoria das condições de vida dos Portugueses e uma repartição da riqueza criada mais justa e humana. Sabemos que o Executivo poderá através de uma actividade competente, como até agora o tem feito, continuar com êxito as diligências para a nossa integração na Europa, a que pertencemos por direito próprio, diminuindo, por esta via, o fosso de desenvolvimento que nesta altura nos separa.

Sabemos que o Governo poderá promover as acções de política regional capazes de eliminar progressivamente as diferenças que hoje se notam entre os

portugueses que habitam a faixa litoral e os que vivem no interior.

E porque sabemos isto, porque acreditamos na eficácia da sua acção, é que lhe damos a nossa inteira confiança.

Disse.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques para contraprotestar.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, gostava de saber, em primeiro lugar, se o protesto do Sr. Deputado Amândio de Azevedo já tinha acabado ou não.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a razão, pois o Sr. Deputado Amândio de Azevedo tinha pedido a palavra para efectuar um protesto.

Deseja o Sr. Deputado Amândio de Azevedo formalizá-lo agora, embora tivesse já aflorado o assunto que deveria tratar.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, ia pôr uma questão de processo à Mesa.

Quando pedi a palavra, fi-lo antes de estar consumada a violação do Regimento a que, em meu entender, procedeu o Sr. Deputado Sousa Marques. O Sr. Presidente não me permitiu essa interrupção e a violação do Regimento consumou-se. A questão que se põe agora é a de saber se a Assembleia vai abrir ou não um debate sobre essa matéria, porque já outro Sr. Deputado manifestou a vontade de se pronunciar acerca dessa questão.

Gostava, portanto, de saber se me vai ser dada a palavra para fazer um protesto e depois, eventualmente, ao Sr. Deputado Sousa Marques para fazer um contraprotesto e terminar o debate ou então se vamos abrir novo debate.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, posso informá-lo de que V. Ex.^a pediu a palavra para fazer um protesto que não chegou a concretizar em toda a sua extensão. A palavra é-lhe dada para formular o protesto, e o Sr. Deputado Sousa Marques terá o direito de contraprotestar, e, mesmo que possa ter havido alguma violação do Regimento, é esta a orientação da Mesa e não haverá mais qualquer referência ao assunto.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Vou assim limitar-me, de uma forma indirecta, a fazer o meu protesto, dizendo aquilo que realmente se passou.

Na primeira reunião da conferência dos grupos parlamentares acordou-se em que seria transmitido um bloco informativo no termo do debate, com a duração de sessenta minutos, sendo as declarações feitas de nove minutos pelos grandes partidos e pelo Governo e de três minutos pelos pequenos partidos. Supunha-se nessa altura que o debate terminaria por volta das 16 ou 17 horas, no máximo, tendo-se previsto até a hipótese de o debate terminar antes da hora do almoço, ficando este um pouco para mais tarde.

Aconteceu que este pressuposto falhou e falhou por responsabilidade de todos nós: primeiro porque as

sessões nunca começaram à hora, e a responsabilidade é dos Srs. Deputados; segundo, porque o Partido Comunista usou de um direito que não estava previsto na altura e que foi o de ter requerido um intervalo de meia hora; terceiro, porque houve mais paragens do que aquelas que estavam previstas.

Concordámos, para recuperar tempo perdido, que houvesse ontem uma sessão suplementar. Apesar disso, o debate não terminou às horas a que estava previsto, 16 ou 17 horas, mas sim às 19 horas e 15 minutos. Acontece que, em virtude do termo do debate ser muito mais tardio do que o que estava previsto — e é esta a única razão, e não quaisquer faltas de compromisso por parte da televisão —, começa a ser altamente duvidosa a possibilidade de o bloco informativo sobre a moção de confiança ser transmitido em suplemento ao *Telejornal* de hoje.

Foi isto o que se passou; não cabem, portanto, em meu entender, quaisquer ataques, seja a quem for, no género dos ataques delirantes que o Sr. Deputado Sousa Marques e outros Deputados da oposição fizeram à televisão e à maioria na conferência dos grupos parlamentares.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Delirantes são as suas palavras.

O Orador: — Sendo assim, importa que, efectivamente, sejam desmontadas todas estas cabalas para vir a fazer uma demonstração impossível, porque é à custa de argumentos desta natureza que se pretende criar a impressão falsa de que a oposição está impedida de exercer os seus direitos, de que os debates da Assembleia da República não podem ser devidamente transmitidos de acordo com aquilo que estava combinado.

Eis, portanto, aquilo que interessa esclarecer, não podendo deixar de se lamentar que se abuse de um direito de fazer uma declaração de voto para introduzir nos debates desta Assembleia questões que lhes são completamente alheias. Uma vez mais é a oposição, e não a maioria, que desrespeita a real ordem de trabalhos desta Assembleia e que introduz nos seus trabalhos elementos que nela nunca deviam estar presentes.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Custa-vos a ouvir!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para um contraprotesto o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — É para interpelar a Mesa, no sentido de que o Sr. Presidente disse que não permitiria um debate sobre esta matéria. Ora o Sr. Deputado Amândio de Azevedo, que tão pressurosamente veio apontar uma infracção do Regimento cometida pelo Sr. Deputado Sousa Marques, que teria usado a figura da declaração de voto para abrir um debate que não se enquadrava nessa declaração de voto, usou da figura de protesto para vir dar a sua versão unilateral e, do meu ponto de vista,

deformada daquilo que se passou em termos da previsão.

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, pergunto ao Sr. Presidente: há debate ou não? E acrescento, se me permite, que, pela minha parte, acho preferível que o debate, pela importância de que essa matéria se reveste, não tenha lugar nestas condições. Nós subscrevemos um pedido de inquérito e teremos aí oportunidade de esclarecer aquilo que se passou até às suas últimas consequências. Mas, se alguém usa de subterfúgios para fazer ouvir aqui a sua voz, de figuras que não correspondem àquelas que na prática utiliza, não somos nós, mas foi muito claramente o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a sua interpelação estava já respondida pela posição que a Mesa tomou.

O Sr. Deputado Sousa Marques entendeu dever fazer referência a um facto que ninguém tem dúvidas de que é estranho ao objecto do debate, que era o de uma moção de confiança, e introduziu por aí, há que reconhecer-se sem a censura da Mesa, um facto novo e estranho a esse debate na declaração de voto que fez. O Sr. Deputado Amândio entendeu dever protestar contra o facto, a Mesa deu-lhe a palavra, reconheceu também ao Sr. Deputado Sousa Marques o direito de contraprotestar e vai-lhe conceder três minutos para isso, mas também, definitivamente, tem a disposição de imediatamente, a seguir a esse protesto, dar por encerrada e cumprida a ordem do dia, sem prejuízo, como é evidente, dos anúncios que lhe compete fazer no final da sessão, como é hábito.

O Sr. José Niza (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. José Niza (PS): — É para contraprotestar em relação às afirmações do Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Presidente: — Mas, Sr. Deputado, não pode fazê-lo, porque não é o visado. Por isso não lhe posso conceder a palavra.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, ainda não acabei a minha alegação, que é muito breve, e, se me dá licença, continuo.

Está-se aqui a discutir uma proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista, designadamente por mim, na conferência dos grupos parlamentares, como o Sr. Presidente sabe. Por isso, e porque tal proposta foi alterada na versão dada pelo Sr. Deputado Amândio de Azevedo, julgo que tenho o direito de também me pronunciar sobre isso.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, neste momento a Mesa não consente que mais ninguém intervenha sobre o facto senão o Sr. Deputado Sousa Marques, a quem vou dar a palavra para um contraprotesto.

V. Ex.^a já apresentou, inclusivamente na Mesa, um inquérito quanto a estes factos, que será oportunamente arrumado, e a Mesa não consentirá por modo nenhum que se instale nesta Assembleia a seguir à discussão de uma moção de confiança um debate sobre um facto que não está agendado e, por isso mesmo, mantém a disposição de dar a palavra ao Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, recorro para o Plenário da decisão da Mesa.

O Sr. Presidente: — Está aceite o recurso. Tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Requeiro cinto minutos de interrupção dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — É regimental, está concedido. Está interrompida a sessão.

Eram 19 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 19 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, queria dizer que desisto do recurso e que já não haverá, portanto, lugar à votação que estaria prevista.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques para contraprotestar.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando apresentámos a declaração de voto relativa à moção de confiança apresentada pelo Governo nesta Assembleia, referimos expressamente, por todas as razões e mais uma, que tínhamos votado contra a moção de confiança apresentada pelo Governo. Esta última razão por nós invocada e naturalmente explícita, porque não o tinha sido durante o debate, faz parte de um todo, do conjunto de todas as razões e mais uma que nos levaram a tomar a atitude que tomámos.

Gostaríamos que alguém nos dissesse onde está a violação do Regimento. E gostaríamos de não ouvir o Sr. Presidente dizer que ninguém tem dúvidas acerca da violação do Regimento por parte do Deputado Sousa Marques. Se o Sr. Presidente da Assembleia da República não tem dúvidas, autorize ao menos que refira o meu caso para lhe dizer que eu não só não tenho dúvidas, como tenho a certeza absoluta que não violei de qualquer modo o Regimento.

Quanto às palavras que produzi, Sr. Deputado Amândio de Azevedo, agora felizmente mais sereno, gostava de lhe dizer que aquilo que disse mantendo, aquilo que disse corresponde à verdade do que se passou até agora.

A verdade, aliás, está à vista: o que se passou durante as transmissões televisivas que se referiram a anteriores debates de programas de governo, de moções de confiança e de censura e o que se passou e está a passar desta vez relativamente a esta moção de confiança mostra bem o que é a actuação desta

televisão, desta AD, desta televisão do Sr. Proença de Carvalho, que, pelos vistos, não tendo estado cá, nesta Assembleia, durante estes dias, está mais bem informado do que o Sr. Deputado Amândio de Azevedo acerca das razões políticas que levam a este procedimento por parte da AD e por parte da RTP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrado o debate sobre a moção de confiança. Resta apenas anunciar a VV. Ex.^{as} que recebi na Mesa um pedido de inquérito, apresentado pelos três partidos que integram a FRS, aos factos que acabam de ser objecto deste protesto e contraprotesto, que analisarei, nos termos do artigo 218.^º, n.^º 2, do Regimento.

Cumpre ainda anunciar que deram entrada na Mesa o projecto de lei n.^º 47/II, apresentado pelo PCP, sobre alargamento do direito ao subsídio de desemprego, a proposta de lei n.^º 2/II, sobre alterações à Lei do Orçamento Geral do Estado para 1980, e a proposta de lei n.^º 3/II, sobre a lei de aditamento ao Decreto-Lei n.^º 319-A/76, de 3 de Maio, ambas com pedido de prioridade e urgência.

Deram entrada igualmente na Mesa os seguintes pedidos de ratificação: n.^º 13/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 187/79, de 22 de Junho; n.^º 14/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 348/79, de 29 de Agosto; n.^º 15/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 525/79, de 31 de Dezembro, e n.^º 16/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 66/80, de 9 de Abril — todos apresentados pelo PCP; n.^º 17/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 408/80, de 26 de Setembro; n.^º 18/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 416/80, de 27 de Setembro; n.^º 10/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 444/80, de 4 de Outubro; n.^º 20/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 445/80, de 4 de Outubro; n.^º 21/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 481/80, de 16 de Outubro; n.^º 22/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 523/79, de 31 de Dezembro — todos apresentados pelo PS; n.^º 23/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 240/80, de 19 de Julho, e n.^º 24/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 264/80, de 7 de Agosto — apresentados pelo PS, ASDI e UEDS; n.^º 25/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 438/78, de 30 de Dezembro, apresentado pelo PS; n.^º 26/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 413/80, de 27 de Setembro, apresentado pelo PS, ASDI e UEDS; n.^º 27/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 263/80, de 7 de Agosto, apresentado pelos mesmos partidos; n.^º 28/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 488/80, de 17 de Outubro, apresentado pelo PS; n.^º 29/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 426/80, de 30 de Setembro, apresentado pelo PS, ASDI e UEDS; n.^º 30/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 421/80, de 30 de Setembro, apresentado pelos mesmos partidos; n.^º 31/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 340/80, de 30 de Agosto, apresentado pelo PS; n.^º 32/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 342/80, de 2 de Setembro; n.^º 33/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 499/80, de 20 de Outubro; n.^º 34/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 334/80, de 29 de Agosto; n.^º 35/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 281/80, de 14 de Agosto; n.^º 36/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 343/80, de 2 de Setembro; n.^º 37/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 380/80, de 17 de Setembro; n.^º 38/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 508/80, de 21 de Outubro, e n.^º 39/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 427/80, de 30 de Setembro — todos apresentados pelo PCP; n.^º 40/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 456/80, de 9 de Outubro; n.^º 41/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 499/80, de 20 de Outubro;

n.^º 42/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 502/80, de 20 de Outubro; n.^º 43/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 508/80, de 21 de Outubro; n.^º 44/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 98/80, de 16 de Julho, e 45/II, relativo ao Decreto-Lei n.^º 99/80, de 16 de Julho — todos apresentados pelo PS e UEDS.

Srs. Deputados, a Assembleia reunirá na próxima terça-feira, à hora regimental.

Pausa.

O Sr. Deputado Amândio de Azevedo faz-me sinal.
Quer dizer alguma coisa sobre isto?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, tínhamos uma proposta a fazer, que não é coincidente com o anúncio que acaba de fazer. Talvez que na conferência dos grupos parlamentares se decidisse melhor essa questão.

O Sr. Presidente: — Certo, Sr. Deputado.

Como convém fazer já de imediato tal reunião, os Srs. Deputados serão depois avisados pelos meios usuais da decisão que daí sair quanto ao dia e hora da próxima sessão.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 40 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
António Alberto Correia Cabecinha.
António Augusto Lacerda de Queirós.
António Maria de O. Ourique Mendes.
Arménio dos Santos.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Fernando José da Costa.
Fernando dos Reis Condesso.
Francisco José de Sousa Tavares.
Henrique Alberto F. Nascimento Rodrigues.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
João Manuel Coutinho Sá Fernandes.
José Adriano Gago Vitorino.
José Augusto de Oliveira Baptista.
José Bento Gonçalves.
José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.
José Mário de Lemos Damião.
Luís Fernandes C. Nandim de Carvalho.
Manuel António Lopes Ribeiro.
Maria Adelaide S. de Almeida Paiva.
Maria Helena do Rêgo C. Salema Roseta.
Maria Margarida R. C. S. Moura Ribeiro.
Mário Marques Ferreira Maduro.
Natália de Oliveira Correia.
Nicolau Gregório de Freitas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Rui Alberto Barradas do Amaral.
Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Marquês Antunes.

António José Sanches Esteves.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Janeiro.
 António Manuel Maldonado Gonelha
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Fausto Sacramento Marques.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Manuel Nisa Antunes Mendes.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís Nunes de Almeida.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel José Bragança Tender.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel dos Santos.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Alberto Lopes Soares.
 Victor Brás.
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António José T. Gomes de Pinho.
 Carlos Alberto Rosa.
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 José Girão Pereira.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Carlos C. Veloso Sampaio.
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.
 Luís Filipe Pais Beiroco.
 Manuel António de A. de A. Vasconcelos.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Manuel Ferreira de Andrade.
 Mário Gaioso Henriques.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Krus Abecasis.
 Paulo de Oliveira Ascensão.
 Rogério Ferreira Monção Leão.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

António Dias Lourenço da Silva.
 António Joaquim Gervásio.

Armando Teixeira da Silva.
 Carlos Hahnemann S. de Aboim Inglez.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Georgete de Oliveira.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Lino Carvalho Lima.
 Manuel Lopes.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Borges de Carvalho.
 Augusto Martins Ferreira do Amaral.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social Democrata Independente (ASDI)

António Luciano P. Sousa Franco.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

José Ângelo Ferreira Correia.

Partido Socialista (PS)

António Fernandes da Fonseca.
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
 Fernando Manuel Gomes.
 Fernando Torres Marinho.
 Jaime José Matos da Gama.
 José Luís Amaral Nunes.
 Júlio Francisco Miranda Calha.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Barreirinhos Cunhal.
 Carlos Alfredo Brito.
 Jorge Patrício.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, José Pinto.